

Diário do Legislativo de 02/09/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissões

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 68ª reunião ordinária, em 2/9/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 760/2003, do Deputado Weliton Prado, que solicita ao Secretário da Saúde informações sobre os convênios celebrados com municípios, com os respectivos valores e objetos que estejam incluídos como restos a pagar do exercício de 2002; a relação dos convênios cujos valores já foram repassados aos municípios que os celebraram e o cronograma de repasse dos recursos dos demais convênios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 94/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que cria assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção temporária ou permanente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 101/2003, do Deputado Durval Ângelo, que torna obrigatória a afixação em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos afins de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias das porções dos alimentos comercializados e de tabela explicativa sobre a quantidade ideal de calorias que deve ser ingerida diariamente pelos indivíduos, de acordo com o sexo e idade. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 46/2003, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos e dá outras providências. A Comissão de Transporte opina pela rejeição do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial da UEMG, a realizar-se às 15 horas do dia 2/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 9h30min do dia 2/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 321/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 525/2003, da Deputada Maria Olívia; 574/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.205/2003, da Deputada Ana Maria Resende; 1.211/2003, do Deputado José Milton; 1.226/2003, da Deputada Marília Campos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 2/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 191/2003, do Deputado Antônio Júlio; 678/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 917/2003, da Comissão de Direitos Humanos; 1.199/2003, do Deputado Weliton Prado; 1.218 e 1.219/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 2/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.139/2003, do Deputado Djalma Diniz; 1.140/2003, do Deputado Doutor Viana; 1.157 a 1.159, 1.224 e 1.225/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 1.173/2003, do Deputado Biel Rocha; 1.174/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.196/2003, do Deputado Paulo Cesar; 1.212/2003, do Deputado Roberto Carvalho; 1.215/2003, da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio; 1.223/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 1.241/2003, do Deputado Célio Moreira.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e ouvir convidados para debater as questões relativas ao transporte clandestino de passageiros na BR-040, no trecho compreendido entre os Municípios de Belo Horizonte e Sete Lagoas, atendendo-se a requerimento do Deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 15 horas do dia 2/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 637/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.191/2003, do Deputado Djalma Diniz; 1.222/2003, do Deputado Gilberto Abramo.

Finalidade: ouvir convidados com a finalidade de se discutir a liberação dos recursos do PRONAF, no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 15h30min do dia 2/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 684/2003, do Deputado Chico Simões; Projetos de Lei nºs 213/2003, do Deputado José Milton; 273/2003, do Deputado Paulo Piau;

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.128/2003, da Comissão de Direitos Humanos; 1.131/2003, da Deputada Maria Olívia; 1.152 a 1.156/03, do Deputado Leonardo Moreira; 1.190/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.192/2003, do Deputado Doutor Ronaldo; 1.208/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 3/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 3/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 14h30min do dia 3/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.042/2003, do Deputado Márcio Passos; 1.242/2003, do Deputado Zé Maia; 1.243/2003, do Deputado Zé Maia.

Finalidade: apreciar matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial do Transporte de Automóveis, a realizar-se às 15h30min do dia 3/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.577

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Cecília Ferramenta e Lúcia Pacífico e os Deputados Miguel Martini e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2003, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o parecer.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.579

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Chico Simões, Marília Campos e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2003, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar, em turno único, o parecer do relator sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.579 e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2003.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.580

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Simões, Dalmo Ribeiro Silva, Jayro Lessa e Marília Campos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2003, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar, em turno único, o parecer do relator sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.580 e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2003.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.582

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Olinto Godinho, Paulo Cesar e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2003, às 15 horas, no Plenarinho III, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.585

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria José Haueisen e os Deputados Antônio Carlos Andrada, José Henrique e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2003, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se designar o relator e de se tratar de assuntos da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2003.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Padre João, Alencar da Silveira Jr., Gilberto Abramo e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/9/2003, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de que seja realizada audiência pública para debater, durante a XXIII Festa Estadual do Frango e da III Festa do Suíno de Pará de Minas, os seguintes assuntos: liberação do aproveitamento do crédito de ICMS para pessoas físicas; redução da alíquota de ICMS para ovos industrializados e embalagem para ovos e paridade de taxas ambientais com os outros Estados.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2003.

Doutor Viana, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

66ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 27/8/2003

O Deputado Chico Simões* - Sr. Presidente, demais Deputados da Mesa, Deputados e Deputadas, pessoas que nos assistem das galerias e através da TV Assembléia, inscrevi-me neste momento justamente para falar a respeito de emenda que estamos propondo à lei que estipula a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador e dos Secretários. Sabemos que a remuneração dos agentes políticos, não só do Executivo, mas também do Legislativo e do Judiciário, é composta de subsídios e verba indenizatória. A verba indenizatória é o recurso colocado à disposição de cada elemento do Poder para que possa exercer sua função. Mas, para que façamos jus a ela, temos que comprovar que tivemos despesa. Não somos contra. Para ser Deputado, Juiz, Promotor, Secretário, Governador, temos que nos deslocar, gastar com funcionários, gasolina, diárias. Não somos contra isso, desde que seja algo criterioso, conforme esta Casa já fez, através da Resolução nº 5.200, que deixa claro o teto dessa verba indenizatória, regulamentando o que pode cobrir. Acontece, porém, que temos lei votada nesta Casa, a Lei nº 13.200, de 1999, época em que foi estipulada a remuneração dos agentes políticos de todos os Poderes. Nesta lei há um artigo que não podemos permitir que continue em vigor por ser intolerável. O art. 2º diz: "Ficam mantidos os serviços assegurados na data desta lei aos membros dos Poderes..." Correto. Ficam mantidos gastos com funcionários, telefone, combustível e diárias. Até aí, tudo bem; porém, o artigo tem um complemento que é uma indecência. Ficam mantidos também "... os valores indenizatórios dos serviços não prestados pela respectiva administração, necessários ao desempenho da representação, segundo sua natureza e abrangência". Quer dizer, fica assegurado o que já tem e também recebe pelo que não fez.

Vejo aqui o Mourão, a Marília Campos, o Sargento, o Pimenta, entre outros. Não é possível concordarmos com isso, num momento em que a sociedade pede, mais do que nunca, transparência. Esta Casa tem dado mostras disso. Tenho que dar esse meu testemunho. Desde o início do ano estou aqui como Deputado. A Mesa tem agido de maneira corretíssima. Mas não podemos permitir que isso continue amparado em lei porque estamos legalizando que, ao final do ano, possam ratear as sobras, entre os membros dos Poderes, dos recursos que vieram exatamente para serem gastos no exercício da função.

Com essa emenda não estamos propondo que se acabe com a verba indenizatória, importante e necessária para que possamos desempenhar a nossa função. No entanto, não é possível que tenhamos algo que legalize o rateio da sobra. Isso não acontece somente aqui, ocorre também no Poder Executivo, no Judiciário, no Tribunal de Contas e no Ministério Público.

Que vai adiantar o teto salarial se continuarmos a legalizar essa situação. Há uma lei que determina que as sobras do orçamento sejam rateadas, no final do ano.

A Deputada Marília Campos (Em aparte)* - Deputado Chico Simões, estive lendo a emenda que V. Exa. apresentou e também o parecer dado a essa emenda. A título de contribuição, quero fazer algumas reflexões que V. Exa. já iniciou neste debate que julgo da maior importância. Os Deputados têm o subsídio e a verba indenizatória, mas têm mais verbas para custear a sua ação parlamentar. Quais são essas outras verbas? Nos últimos sete meses, os Deputados teriam direito a receber, a título de material de consumo, de postagem, reprodução e telefonia, R\$6.432,00, mensalmente. Juntando os sete meses, cada Deputado teve, para custeio de sua ação parlamentar, quotas no valor integral de

R\$38.592,00. Para exercer a sua atividade parlamentar, o Deputado ainda tem custeado número de funcionários nos valores próximos de R\$31.600,00, ao mês. Tudo isso são gastos que a Assembléia Legislativa tem para custear a ação parlamentar. Então, além do subsídio fixo, temos verbas indenizatórias, estrutura de gabinete e a quotas.

Quero parabenizá-lo por essa emenda porque veda o rateio de sobra orçamentária. Se não utilizo os R\$6.432,00 a que tenho direito mensalmente, para onde vão esses recursos? Se não utilizo a estrutura global de gabinete, para onde vai essa sobra orçamentária? Parabenizo V. Exa. pela emenda que apresenta, porque moraliza os gastos que temos na Assembléia Legislativa. Muito obrigada.

O Deputado Chico Simões* - Muito obrigado, companheira Marília. Não estou fazendo denúncia de que esse rateio já tenha acontecido na Casa. Até porque seria atitude leviana de minha parte, uma vez que sou Deputado há apenas seis meses. Quero crer que nós, na Assembléia Legislativa, já regulamentamos através da Resolução nº 5.200, que deixa claro onde podemos gastar e qual o valor da nossa verba.

A lei, entretanto, abrange todos os Poderes. Não podemos ficar preocupados apenas com o Legislativo, que está próximo, e que estamos fiscalizando. Mas isso legaliza a situação em todos os Poderes. Quando conversei com o Vice-Presidente Rêmoló Aloise, fiquei surpreso, porque disse que votou contra, já que o Governador não queria emenda à matéria que enviou à Casa.

O Poder Legislativo tem que ser harmônico com o Executivo, mas não podemos andar de joelhos. No entanto, o que mais me surpreendeu foi que, no relatório do Vice-Presidente Rêmoló Aloise, S. Exa. colocou em minha boca algo que não está contido na minha justificativa, na minha emenda e muito menos no que quero. S. Exa. disse que quero flexibilizar e aumentar os ganhos.

Muito pelo contrário, pode ser que não me tenha feito entender. Faço questão de ler a emenda e de dizer à Mesa e a toda a Assembléia que, se tiverem melhor redação, não tenho vaidade de ser o pai dessa emenda. Quero plagiar o nosso Vice-Presidente, que diz: "Não me interessa a cor do gato, interessa-me que cace o rato". Então, não me interessa quem proporá a emenda, mas que esta cumpra seu papel, para que possa moralizar a administração do recurso público. Minha emenda pareceu-me clara. Faço questão de lê-la: "Dê-se a seguinte redação ao art. 2º e seus parágrafos. Art. 2º - Serão prestados aos membros dos Poderes, pelas respectivas administrações, serviços necessários ao desempenho da representação, segundo sua natureza e abrangência, vedada indenização por serviços não prestados". O que quis dizer? Não quero impedir que as pessoas fiquem cerceadas de recursos para desempenhar o seu papel. Quero ter recursos para ser Deputado. Quero locomover-me, ter condições de dialogar, de colocar papel e imprensa. Isso, então, está assegurado. "§ 1º - "O disposto no 'caput' deste artigo aplica-se, no que couber, ao Vice-Governador e aos Secretários de Estado, de acordo com as peculiaridades do exercício de seus mandatos e atividades. § 2º - Regulamento de cada Poder, ao qual será dada publicidade, disporá dentro dos limites orçamentários, sobre a prestação dos serviços de que trata este artigo, segundo os princípios de economicidade e da eficiência da gestão operacional, financeira e patrimonial. § 3º - Será dada ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos, e acesso público aos demonstrativos financeiros e orçamentários relativos à execução das despesas de que trata este artigo".

Por que fiz questão de tão simplesmente não suprimir o art. 2º da Lei nº 13.200? A Bancada do PT, em 2001, tentou revogá-lo. Ao fazer isso, acabar-se-ia a verba indenizatória dos outros Poderes. Então, não o suprimimos. A verba indenizatória permanece, porém regulamentada, para que seja gasta com serviços prestados. Do mesmo jeito, temos a Resolução nº 5.200, também regulamentada neste Legislativo. Portanto, queremos que este Poder, por meio dessa emenda, garanta que o mesmo ocorra nos demais Poderes. Acredito que não se trata de disputa ideológica nem partidária, mas de luta pela função ética deste Poder.

Não quero continuar ouvindo no meio da rua insinuações de que temos como ratear sobras no final do ano. Já fui Prefeito e não sei por que, muitas vezes, o Chefe do Cartório, do Fórum ou do Judiciário ficam pedindo funcionários emprestados à Prefeitura. Será que o fazem para não gastar e poder sobrar? Começarei a questionar isso. Não quero mais ouvir os funcionários do Tribunal de Contas dizerem que não há diligência para fiscalizar os municípios, porque tem de sobrar para dividir com os Conselheiros. Quero ter a tranquilidade de pertencer a um Poder que tenha a função de corrigir esse tipo de distorção e de legislar, para que não parem dúvidas sobre os Poderes, tão importantes para a democracia.

Por isso estamos aqui. Isso não nos atingirá, pois já estamos enquadrados, tendo em vista a existência de normas que regulamentam nossa verba indenizatória. Gostaria de pedir aos membros desta Mesa, à Presidência, à direção e aos nossos pares que não façam disso debate ideológico ou partidário, mas algo que possa resgatar a imagem do Legislativo, a fim de que não haja mais motivo para que a imprensa use e abuse da sua maneira de comunicar, achincalhando este Poder. Não podemos, de maneira absoluta, deixar este momento passar.

Se houver dúvida quanto à redação, quero deixar registrado mais uma vez: vamos fazer redação que garanta a maneira correta de usar o dinheiro público para o exercício do poder, de forma a não insinuar nada que faça pairar desconfiança nos Poderes que compõem este Estado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, integrantes da Mesa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, amigos da galeria - e registro, com satisfação, a presença de companheiros da COPASA e do SINDÁGUA - e espectadores da TV Assembléia. Venho à tribuna para falar de assunto que me vem preocupando há alguns dias e para o qual chamo a atenção de todos. Em princípio, a natureza da matéria poderia ser interpretada como da rotina administrativa da empresa em que a decisão superior foi tomada. No entanto, considerando as circunstâncias que cercaram a medida, o contexto empresarial em que ela ocorreu, bem como as suas consequências para a organização, entendo ser do meu dever relatar o ocorrido e expor a minha apreensão em relação ao fato. A essas razões pondero ainda ser justo esse pronunciamento diante dos antecedentes funcionais da pessoa atingida pelo ato em questão, profissional da mais elevada competência, seriedade, comprometimento e lisura ao longo do exercício de seu cargo na instituição, a COPASA. Refiro-me ao advogado Pedro Eustáquio Scapolatempore, exonerado recentemente da Superintendência Jurídica da COPASA pelo Presidente Mauro Ricardo Machado Costa.

Reconheço o direito inquestionável que é dado ao dirigente de designar, exonerar, trocar ou transferir os seus auxiliares diretos. Essa é prerrogativa básica e condição essencial ao adequado exercício do cargo. Assim é que a própria designação já o define como cargo de confiança. Não se concebe como razoável atribuir a alguém - nesse caso, ao Presidente da COPASA - um conjunto de responsabilidades e, paralelamente, impor a aceitação dos auxiliares para cumprir a missão. Essa condição de escolha todos reconhecem como básica e, como tal, de pleno direito daquele que dirige qualquer empresa pública.

No caso específico da exoneração, no entanto, além do ato em si, assustou-me a forma em que ele se deu, bem como a solução adotada para a designação do novo Superintendente. Para o bom entendimento do assunto, é preciso que se diga que a COPASA possui hoje um plano de carreiras, cargos e salários, que estabelece claramente as regras e condições para o acesso, a promoção e a movimentação do pessoal nas diversas carreiras que integram o conjunto de cargos e funções da empresa. Na questão a que ora me refiro, o cargo de Superintendente, de acordo com o plano em vigor, é um cargo de carreira, cujo provimento se realiza através do aproveitamento do pessoal efetivo da própria casa.

Em razão disso, causou-me profunda estranheza a designação de um consultor externo para assumir a Superintendência Jurídica da empresa, e, nesse caso, para exercer, como consultor, o cargo de Superintendente, em evidente desacordo com o estabelecido no plano de carreiras até então adotado como referência para as decisões afetas à questão de pessoal. Nesse caso, a solução adotada para designação do novo Superintendente, por decisão presidencial, se deu através de recrutamento amplo, sendo considerada, por todos, acontecimento inusitado e

contrário a tudo até então visto na COPASA, em se tratando da designação das chefias de suas unidades.

Acrescente-se a este conjunto de argumentos o fato de que a designação do consultor representou a confirmação de um flagrante desprestígio aos demais advogados da área, todos empregados de carreira, competentes, comprometidos com a empresa e detentores de longa folha de bons serviços prestados à instituição. Por que não lhes foi dada a oportunidade de acesso ao cargo máximo da área jurídica, se possuem os pré-requisitos básicos para a função? Essa é pergunta que toda a Casa faz desde a exoneração do Dr. Pedro e a designação do consultor externo.

E os empregados ainda se perguntam: "Esta situação por que passa o departamento jurídico da COPASA poderá também ser estendida às demais áreas da empresa, às áreas da engenharia, de obras e de projetos? Qual garantia temos, se o próprio plano de carreira que adotamos para disciplinar o processo de mobilidade funcional não é observado e atendido? Qual será doravante o instrumento motivador e referencial das aspirações profissionais de todos? Em que ou em quem podemos acreditar?".

Além desse fato, na complexidade do estágio atual em que se encontra o setor de saneamento básico, a COPASA abre mão de profissional de mais alta competência, profundo conhecedor da empresa, da multiplicidade das suas relações com as autoridades federais, estaduais e municipais, além, é claro, dos próprios e intrincados aspectos do relacionamento com fornecedores e milhões de clientes em todo o Estado. Atualmente, para agravar esse quadro, torna-se necessário dizer que se encontram vencendo dezenas de importantes concessões de municípios, econômica, financeira e estrategicamente vitais para a COPASA, sem os quais fica inviabilizado o atendimento a centenas de outras comunidades.

Um profissional como o Dr. Pedro, com o conhecimento sobre a COPASA, acumulado ao longo de duas décadas, não se encontra disponível no mercado; sua competência e saber jurídico, mais que internamente, são reconhecidos no setor de saneamento em todo o País, através das demais empresas estaduais, Prefeituras, Câmaras Municipais, agentes financeiros e pelos que militam nas diversas áreas da sua vida profissional. Estou falando de um jovem e brilhante advogado, um "copasiano", que, a par de sua atividade cotidiana, tem desenvolvido relevante trabalho no desenvolvimento do pensamento jurídico aplicado ao setor de saneamento.

É ainda importante dizer que a presença do Dr. Pedro como titular da Superintendência Jurídica da COPASA já se faz marcante há sucessivas administrações, ao longo de vários Governos e de diversos partidos políticos.

Deputado que, por duas vezes, teve a honra de ser Diretor da empresa, nos Governos Tancredo Neves, Hélio Garcia e Eduardo Azeredo, lembro-me bem do Dr. Pedro, desde a época em que era Presidente da COPASA o Dr. Marco Antônio Guimarães Monteiro, até mais recentemente, nas administrações dos Drs. Ruy Lage, Marcelo Siqueira e Rubens Coelho de Melo. São, portanto, quase 20 anos de intenso trabalho, sempre eficiente e dedicado, sem nenhuma mácula nem senão que pudessem desabonar a sua trajetória profissional ou pessoal.

Fica, neste pronunciamento, a solidariedade ao Dr. Pedro, ao seu trabalho e à sua equipe, bem como a todos os colegas da COPASA que se sentiram atingidos pelo afastamento do titular da Superintendência Jurídica, nas circunstâncias em que o ato ocorreu. Como consequência desse acontecimento, está lançada hoje no espírito do "copasiano" a semente da vulnerabilidade e o sentimento de desconfiança ou temor quanto à sua garantia de progressão funcional. Instala-se também a insegurança, ainda quando no correto e eficiente desempenho do cargo, conquistado ao longo de anos de experiência, de bons serviços, ou mesmo do sucesso ao competir em igualdade com os colegas em provas de conhecimento específico.

Devo dizer ainda que, como parlamentar da base do Governo, não estou aqui para dirigir palavra de crítica destrutiva a um dos importantes auxiliares do Governador Aécio Neves.

Dirijo esta mensagem a todos, como "copasiano" que, durante 30 anos, trabalhou nessa empresa, a que dedico a minha gratidão, o meu respeito e consideração. Esse apreço estende-se aos seus milhares de profissionais, distribuídos nas centenas de municípios atendidos em todo o Estado, os quais também foram atingidos por essa medida que acabo de relatar.

Em seguida, manifesto minha apreensão. Estarei atento aos rumos a serem tomados a partir desse acontecimento. Não se trata de um simples pronunciamento sobre um ato de exoneração, mas de um alerta sincero, que se refere ao tratamento dispensado aos homens que ajudaram a construir essa empresa de que todos nós nos orgulhamos.

Esse pensamento não é só meu. Recebi em meu gabinete manifesto de um grupo de sindicatos formado pelo SINDÁGUA, sindicato majoritário na COPASA, pelo SENGE, pelo SAEMG, pelo Sindicato dos Rodoviários, pelo SINTEC, pela Federação dos Urbanitários de Minas, pela CUT e pela FNU. Foi feita denúncia por todos os sindicatos representativos da COPASA contra a contratação sem concurso público de consultor, ato que contraria as normas internas da empresa, pois coloca uma pessoa de fora para responder por importante área: a jurídica.

Fica um alerta ao Governador Aécio Neves, a fim de que tome as medidas necessárias, com a maior urgência possível e evite dano maior à COPASA. Fui informado ainda de que essa exoneração se refere a outra questão também denunciada pelo sindicato. A exoneração do Dr. Pedro, segundo informações a mim repassadas, deveu-se ao fato de ele ter sido contrário ao pagamento irregular de auxílio-moradia concedido ao Presidente e ao Diretor Financeiro da COPASA, fato este que, a meu ver, merece ser esclarecido pela direção da Empresa.

Estranhou-nos, sobremaneira, o fato de a Diretoria da COPASA ter procurado uma consulta externa à empresa, não ouvindo sua Superintendência Jurídica, o que achamos de extrema gravidade. Encaminharemos, nesta tarde, requerimento à COPASA solicitando essas e outras informações para sabermos em que base se deu essa contratação.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Antes de mais nada, elogio a intervenção de V. Exa., nesta tarde. Também recebemos essas mesmas denúncias. Estamos estarrecidos porque, para a contratação de uma consultoria jurídica, seria necessário justificar, apontar um fim determinado, ou fazê-la por meio de processo licitatório. Um consultor jurídico externo foi contratado para falar sobre processos e atividades permanentes da COPASA, o que é totalmente ilegal. Não se trata apenas do plano de carreira. É flagrante a ilegalidade. Além de retirar um profissional competente do cargo, contratou essa forma de consultoria.

Trago ainda outra denúncia, para que todos tenham clareza. A situação justifica criarmos uma Comissão Especial sobre a COPASA. O Presidente em exercício da COPASA recebeu indevidamente R\$24.500,00 nos meses de março e abril. Quando um funcionário de carreira é transferido a bem do serviço público, por determinação da chefia, pode receber um salário e meio como auxílio-moradia, de acordo com norma da COPASA. Porém, essa norma nunca se aplicou a funcionários externos, ainda mais no caso do Presidente, que não foi transferido de Brasília para Belo Horizonte por nenhum ato de chefia, mas de sua própria vontade. O recebimento desse valor é fato grave, é absurdo.

Estamos ainda apurando outros fatos sobre a COPASA, na gestão desse mesmo Presidente. Trata-se de uma empresa séria, cujo trabalho merece ser registrado. Todavia, devemos, nesta Casa, criar urgentemente uma Comissão Especial, antes que esse tecnocrata vindo de fora ponha a perder todo um trabalho, em um momento muito delicado.

Como V. Exa. bem assinalou, vários convênios de concessão de serviços vencerão em breve. Com essa inabilidade, com essa visão distante e com esse pouco zelo em preservar os servidores da COPASA e seus recursos públicos, o Presidente recebeu, além do seu salário, R\$24.500,00 a mais, a título de auxílio-moradia.

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço o aparte do Deputado Durval Ângelo. Peço desculpas ao Deputado Chico Simões, mas meu tempo está acabando. Gostaria de dizer que estaremos ao lado de todos os Deputados, procurando formar essa comissão, para analisar e apurar essa grave denúncia, que chegou até nossas mãos. Já havíamos ouvido rumores, mas hoje temos a denúncia consolidada. Houve a exoneração de um Procurador, pessoa de respeito, na COPASA. Merecemos um esclarecimento do Governo e da própria Casa, para que se saiba se essa exoneração teve ligação com o não-deferimento do departamento jurídico. Por que a direção da COPASA foi buscar um parecer externo e não um parecer de sua própria Procuradoria Jurídica? Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço ao Deputado José Milton por aceitar fazer essa troca de horários para ocupação da tribuna. Quero dar seqüência à denúncia apresentada pelo Deputado Fábio Avelar e parabenizá-lo por trazer esse assunto, que é sério, à tribuna. Os 15 minutos dados ao Deputado Fábio Avelar não foram suficientes para que pudéssemos apartear-lo, e eu gostaria de reproduzir essa denúncia. Queria também parabenizar os companheiros da diretoria do SINDÁGUA, aqui presentes, que levantaram essa denúncia e têm travado uma luta em defesa da empresa.

Vou aprofundar os questionamentos em torno da denúncia já feita. Na verdade, o sistema antigo brasileiro era um modelo de privatização de todas as empresas públicas. O Governo Azeredo, aqui em Minas Gerais, buscou privatizar a CEMIG. Aliás, quanto a isso, quero dar uma boa notícia aos Deputados e ao povo mineiro. O Tribunal de Justiça, de forma definitiva, enterrou as pretensões dos sócios minoritários da CEMIG de participar da direção dessa empresa, com direito a veto, conforme acordado à época do Governador Azeredo. Hoje a CEMIG está livre dos sócios minoritários.

Foi um período tucano de busca de privação da CEMIG. O Governo Azeredo não teve tempo de privatizar a COPASA, mas todos sabemos, os funcionários e o sindicato estão aqui presentes, que era desejo dos tucanos, desde aquela época, levar a cabo também a privatização da COPASA. Não conseguiram, porque não tiveram tempo. Isso seria tentado no mandato seguinte de Azeredo, se ele ganhasse as eleições, o que, felizmente, não ocorreu. A COPASA e a CEMIG foram mantidas como empresas públicas.

Sendo o Governo Aécio Neves um Governo tucano, temos de ficar preocupados, porque não sabemos o que pretende em relação à COPASA. Certo é que o clima instituído na COPASA, segundo o sindicato, é de terror. Foi feita uma greve, e não se negociaram, até agora, os dias parados. O sindicato fez um acordo durante a greve que não foi cumprido na íntegra.

Na COPASA foi instituído aquilo que aprovamos na reforma administrativa do Governo Aécio, a chamada gratificação de desempenho institucional. O sindicato não pode participar das tais metas institucionais. Fica um aviso para o restante do funcionalismo público, pois o acordo que fizemos é que as metas institucionais contariam com a participação dos sindicatos. O sindicato diz que as metas são inatingíveis e o plano de cargos e salários não está resolvido. O sindicato não é recebido. Há muitas reclamações sobre a direção, advindas não apenas do sindicato, mas de Prefeitos, das gerências da COPASA e das comunidades que não são recebidas. É uma atitude autocrática, um negócio meio PSDB, meio tucano. Os aristocratas chegam e acham que podem governar sem levar em consideração o passado, a trajetória, as pessoas, bastando um decreto.

O Deputado Weliton Prado viveu a mesma coisa na educação. Portarias e resoluções vêm da Secretaria da Educação, de cima para baixo. Acham que basta fazer isso, que as escolas não têm funcionários, professores, alunos. Parece que só há pessoas para ler o decreto e executá-lo. É um estilo tucano de governar. Dizem que há o método PT de governar. Existe também o estilo tucano, um pouco por decreto. São imposições de cima para baixo. A COPASA está vivendo isso. Aí não vale superintendente jurídico que seja da casa. Tem de ser alguém que obedeça às normas estabelecidas pelo chefe maior. Superintendente jurídico tinha de ser quadro de carreira. Quem está lá há 18 anos não serve para nada, não tem experiência. Colocam outro que obedecerá. É o que foi feito na COPASA. Isso vale também para se estabelecer normas que não são legais.

O sindicato trouxe um estudo completo do recebimento do auxílio-moradia. O Presidente eleito recebeu R\$19.530,47 de auxílio-moradia. Nenhum outro havia recebido esse auxílio. A norma diz que funcionário da COPASA pode, quando transferido de uma cidade para outra, receber auxílio-moradia. É um acordo, uma tradição na Casa. Ele aproveitou a brecha para dizer que também era funcionário. Até aí tudo bem, mas auxílio-moradia é para o caso de transferência, o que não ocorreu. Seu ato de nomeação se deu agora que foi eleito Presidente. Portanto, não faz jus ao auxílio. Não era funcionário antes. Logo, não há que se falar em recebimento de auxílio-moradia.

O Diretor nomeado recebeu R\$23.444,44 da mesma forma. O auxílio-moradia não tem legalidade. É uma denúncia que precisa ser apurada e corrigida. Basta entrar com uma ação. Creio que o Ministério Público fará isso. Os cofres públicos terão de ser ressarcidos. A denúncia serve para ver até que ponto vai o autoritarismo. O parecer jurídico de quem está lá há 18 anos não vale. Demite-se, coloca-se outro no lugar na tentativa de dar legalidade a algo. Não há como governar desse jeito. A empresa vai para o buraco. Os funcionários passam a desconfiar da direção e a empresa começa a ter maiores problemas, entrando em atrito com os servidores e assim por diante.

Deve haver denúncia mais completa e política sobre o método utilizado. Ocorre o mesmo com o IPSEMG. Já cansamos de pedir, mas o Presidente Mauri Torres ainda não nomeou a comissão especial para investigar essa instituição. Os hospitais conveniados não estão sendo pagos. O autoritarismo é o mesmo. O substituto da ex-Diretora Maria Coeli nem sequer foi sabatinado pelos parlamentares e já está exercendo, autoritariamente, a diretoria do IPSEMG. Essa tecnocracia tucana está sendo transformada em norma.

É o contrário do que está acontecendo no País, em que instauramos novo modelo, novo tipo de Governo. Por exemplo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social tem o objetivo de colher sugestões e discutir políticas públicas. Está ampliando a democracia e fechando as instâncias participativas, como tem sido feito em Minas.

Parabenizo, mais uma vez, o Deputado Fábio Avelar, por apresentar essa denúncia. Trata-se de método ineficaz e ineficiente de governar. Espero que não signifique levar empresa à falência para depois falar em modelo de privatização. Vindo de um Governo tucano, temos de desconfiar.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Obrigado. Quando fui Prefeito de Cel. Fabriciano, tive oportunidade de conhecer o Dr. Pedro, admirando-o por sua integridade, maneira serena de se comportar, competência e amor pela COPASA, porque é funcionário de carreira. Se houve desentendimento entre os dois, sou obrigado a pensar que esse Diretor - hoje Presidente, importado não sei de onde - não deve ser lá grandes coisas, não deve ser boa bisca, porque está brigando com alguém que conhecemos e de cuja integridade podemos dar testemunho.

V. Exa. citou os termos autocracia e tecnocracia. Não é isso. Trata-se do PSDB, que deseja pegar todo o Estado para meia dúzia deles. Não respeitam o povo, que serve somente para votar. Isso faz parte da cultura desse partido, ou seja, fazer o que bem entende. Agora, não pode

mais vender as estatais, mas começa a se apoderar das instituições, em benefício dos seus aliados, seus amigos. Nunca o Governo de Minas foi tão infestado de marcyanos. Aqui está cheio de pessoas de fora que não conhecem a cultura mineira, a mineiridade. Por isso, estão ocorrendo todos esses fatos.

É preciso refletir. O Governador, que também gosta muito do Rio de Janeiro, não sendo muito chegado a Minas, precisa administrar o Estado com mineiros. Deve aproveitar o início de seu mandato e entrar nos eixos, parar de fazer "marketing". A COPASA aumentou a sua fauna: tínhamos vários marajás terrestres. Agora temos um aquático: o Presidente da COPASA.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Chico Simões. A COPASA emitiu nota de esclarecimento relativa ao Boletim Intersindical nº 1, de 25/8/2003, do SINDÁGUA. O item "b" diz: "O cargo de Gerente da Superintendência Jurídica da COPASA encontra-se vago. Nos termos do plano de cargos e salários - PCS - somente poderá ser ocupado por empregado que preencha os pré-requisitos ali estabelecidos". Um dos pré-requisitos é ser funcionário de carreira. Apesar de o cargo continuar vago, quem está respondendo é um consultor nomeado pelo Presidente. Trata-se de confissão de culpa: um artigo do PCS está sendo burlado, porque um consultor está respondendo pela Superintendência Jurídica da empresa.

É uma confissão de culpa, que levará o Ministério Público a mandar mudar as posições assumidas até lá.

Cobro, mais um vez, a designação da Comissão Especial do IPSEMG; da comissão da COPASA, proposta pelo Deputado Durval Ângelo; e de quantas forem necessárias para que possamos fiscalizar as ações dos órgãos estaduais.

O Governador esteve aqui ontem, aproveitando a presença dos Prefeitos, e propôs integração para cobrar mudanças na reforma tributária. Até aí, tudo bem, isso é importante. A reforma passou pela comissão especial ontem, e devemos discuti-la. Porém, o Governador também deve começar a efetuar repasses aos municípios. Os Prefeitos saíram daqui de mão abanando, sem absolutamente nada, a não ser com a promessa da tentativa de alterações na reforma tributária. E o Governo Estadual? O que fará para as Prefeituras? Se reconhece que a situação dos municípios é tão precária, por que não distribui melhor o ICMS e não faz aplicação prática do municipalismo, já que afirma ser seu principal representante? Veio apenas aproveitar politicamente o fórum dos Prefeitos para tentar fazer pressão em relação à reforma? É preciso que não fique só nisso, e se posicione realmente como municipalista. É a primeira vez que escuto tal referência de um tucano. O Governo Fernando Henrique concentrava os recursos não na União, mas no pagamento de dívida junto ao FMI. Agora, os tucanos se dizem municipalistas, mas, de concreto, nada fazem. Os Prefeitos serão sempre bem-vindos. Tomara que, da próxima vez, o Governador os receba com o objetivo de resolver os problemas de Minas, e não de fazer política. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado José Milton - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, visitantes, aproveito esta oportunidade para registrar esta data, 27 de agosto, em que se comemora o Dia do Corretor de Imóveis. Sou profissional da área desde 1976 e atuei nela em Belo Horizonte até 1981. Posteriormente, fui para Conselheiro Lafayete, cidade onde instalei minha própria imobiliária, a José Milton Imóveis. Portanto, tenho experiência no ramo e faço aqui referência à importância desse profissional que viabiliza, junto às construtoras, às empresas loteadoras e a todo o segmento imobiliário, a aproximação entre vendedores, empresários e compradores. Realiza trabalho importante para a sociedade, ao proporcionar ao pai de família a compra da sua casa própria ou do seu terreno. Tenho orgulho de ser profissional da área imobiliária, registrado no Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Minas Gerais - CRECI. Parabeno a todos os corretores mineiros, e o faço na pessoa do Márcio Almeida, Presidente do Conselho Regional, e do Presidente do Sindicato dos Corretores do Estado de Minas Gerais, Pascoal Cândido Rodrigues. Portanto, homenageio especialmente os companheiros de trabalho do Estado.

Ontem realizamos importante reunião nesta Casa. Não poderia deixar de registrar meu reconhecimento a esse grande evento, que contou com a presença de vários Prefeitos, Deputados e companheiros que prestigiaram o lançamento da Frente Parlamentar Municipalista, idéia alavancada pelo Deputado Adalclever Lopes. Meus cumprimentos a ele e também aos Deputados envolvidos na coordenação do evento.

Esse evento representou o posicionamento de Minas Gerais na importante situação em que se encontram os municípios do Estado, de verdadeira insolvência, portanto, reivindicando, com justiça e até por necessidade de sobrevivência, participação maior nos tributos federais, nas suas arrecadações, a partir da reforma tributária em andamento na Câmara dos Deputados.

Esta Casa deu contribuição positiva para que o Estado marque a sua posição a favor da reforma, da melhor distribuição dos recursos arrecadados pela União entre os Estados e os municípios, para garantir a sobrevivência dos Estados e maiores investimentos nos municípios.

Menciono também importante iniciativa do Governo: a criação do Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado - FUNDESE. O Deputado Sidinho do Ferrotaco está à frente dos movimentos referentes aos interesses da Estrada Real. O FUNDESE levará para São João del-Rei, Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco, Congonhas e todos os municípios que estão às margens da Estrada Real investimentos que viabilizem a implementação do turismo da nossa região. Será importante instrumento de recursos e investimentos em iniciativas e empreendimentos que, com certeza, irão alavancar o turismo na região.

O FUNDESE atenderá e contemplará 162 municípios integrantes do circuito Estrada Real, com financiamentos favoráveis de R\$5.000,00 a R\$500.000,00, com juros de 1% ao mês, carência de até dois anos e prazo para pagamento de até cinco anos. É programa sério, de valorização, investimentos e implementos efetivos no circuito da Estrada Real, nova esperança de desenvolvimento econômico para os municípios, com a geração de renda e emprego. Oferece oportunidade de novos investimentos aos empresários, ou àqueles que porventura queiram empreender novos negócios às margens da Estrada Real.

O Deputado Sidinho do Ferrotaco (em aparte) - Deputado José Milton, parabeno-o pelo Dia do Corretor Imobiliário e pela liderança cada vez maior na região de Conselheiro Lafaiete.

Saliento a importância da Estrada Real. Esse projeto, que nasceu em São João del-Rei, na nossa região, arrastava-se desde 1995. Hoje, felizmente, é abraçado por muitas entidades representativas e políticas.

Desde 1995, lutávamos para que a Estrada Real fosse alternativa viável de emprego e geração de renda. Depois do lançamento do marco de Estrada Real, entre os Municípios de São João del-Rei e Tirandentes (Santa Cruz), o qual foi prestigiado pelo Governador do Estado, pelo Presidente da FIEMG e por outras autoridades, tenho certeza de que o projeto vai ser uma alavanca para o desenvolvimento de região. Parabéns por ter se lembrado disso. O passo no financiamento será motivador de investimentos. Obrigado.

O Deputado José Milton - Agradeço sua participação. Trago a público iniciativa de Vicente Faria, Prefeito de Conselheiro Lafaiete, Vereadores e entidades como a CDL e Associação Comercial e Industrial para abrir espaço na Cooperativa Mineira de Equipamentos Ferroviários - COMEFER -, que ocupa as antigas instalações da Companhia Industrial Santa Matilde, em Conselheiro Lafaiete, tradicional fabricante de vagões. Infelizmente, em 1984, a unidade transferiu-se para Três Rios, no Rio de Janeiro, e, em 1995, foi reaberta por iniciativa de ex-funcionários,

que, há dois anos, criaram a COMEFER, com 440 cooperados. Resgatando as partes técnica e operacional da unidade, produzem vagões para a MRS, a Vale do Rio Doce e outras. Entretanto, fomos surpreendidos com a notícia de que a Vale comprou 1.200 vagões, negociados na China. Por trás disso há outros interesses. Levamos ao conhecimento do Governador nossa preocupação e entendemos necessário a COMEFER abrir as portas da Vale do Rio Doce, para que possa atuar como parceira e fornecedora de vagões. Também nos apóiam os Srs. Danilo de Castro, Secretário da Casa Civil, e Wilson Brumer, Secretário de Desenvolvimento, com quem nos reuniremos às 16 horas. As portas da diretoria da Vale do Rio Doce no Rio de Janeiro foram abertas; amanhã, às 12h30min, estaremos reunidos com o Diretor de Logística da Vale do Rio Doce, para que Conselheiro Lafaiete produza vagões e atenda à demanda do País, gerando emprego em Minas, principalmente em Conselheiro Lafaiete. Com a iniciativa, 1.200 vagões representam R\$120.000.000,00 para a economia, gerando, pelo menos, mais mil empregos. Há empresas que migram para outros Estados em busca de incentivos e vantagens.

Para encerrar, dentro do posicionamento de defesa dos interesses de Minas Gerais, menciono a matéria da última edição do jornal "Edição do Brasil": "Grupo Gerdau pisoteia a dignidade de Minas Gerais". É importante ressaltar que não entro na linha editorial do jornal, mas sim numa questão relevante que preocupa Minas Gerais, especialmente cerca de 4 mil funcionários da AÇOMINAS.

Para nossa região, a AÇOMINAS é empresa que gera grande número de empregos diretos e indiretos e, por meio de impostos arrecadados pelos Municípios de Congonhas e Ouro Branco, injeta dinheiro no comércio, auxiliando a sobrevivência desses municípios.

O Grupo Gerdau comprou ações da Netstihl, empresa de Cingapura, que havia comprado ações da Mendes Júnior, obtidas no processo de privatização. Hoje, a AÇOMINAS é a galinha dos ovos de ouro desse grupo. Deputado Doutor Ronaldo, basta citar que, neste primeiro semestre, o lucro do Grupo Gerdau foi de R\$545.000.000,00. Apenas a parte da AÇOMINAS representou R\$370.000.000,00 no lucro total da Gerdau. A intenção da sua Presidência é levar o centro de decisões da empresa, a parte de gestão, gerenciamento e decisões para o Rio Grande do Sul, sede nacional do grupo. Isso é preocupante para o Estado e para Ouro Branco, pois poderá representar demissões e enormes prejuízos.

A empresa AÇOMINAS nasceu no solo mineiro e possui tradição de aço. Atualmente, parte para diversos produtos, como perfis, laminados, e vende tudo o que produz, pois conquistou o mercado internacional. Mesmo que o controle seja da Gerdau, depois de passar por diversas crises como estatal e de ser privatizada pela Mendes Júnior, precisa ficar em Minas Gerais, nas mãos dos mineiros. Além disso, precisa ser gerenciada a partir do Estado, por meio de sua sede em Belo Horizonte, para que amanhã nós, mineiros, não paguemos alto preço por decisões tomadas no Rio Grande do Sul, longe de Minas Gerais.

Logo, não podemos permitir que a AÇOMINAS seja no Estado apenas unidade industrial que produz aço, vendido sob administração e gerenciamento e total controle do Grupo Gerdau, com sede no Rio Grande do Sul. Peço apoio dos Deputados e do Governo do Estado para que a AÇOMINAS continue mineira como sempre foi e deverá ser. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembléia, há dias queremos realizar este pronunciamento. Aproveito o momento em que o Estatuto do Desarmamento tramita na Câmara dos Deputados e a insegurança dos cidadãos é assunto discutido por todos e em todos os lugares.

Para iniciar meu pronunciamento, Sr. Presidente, gostaria de fazer referência à matéria da revista "Veja" do dia 28 de maio de 2003 que diz o seguinte: (- Lê:)

"No fim dos anos 70 o Brasil só ouvia falar de narcotráfico quando desviava o olhar para a vizinha Colômbia, então sob o império dos cartéis da droga. Nessa época, a cada 24 horas, 13 pessoas eram mortas por arma de fogo no Brasil. Hoje, entre o raiar do sol e as primeiras luzes do dia seguinte, 85 pessoas são assassinadas a tiros. É possível afirmar com segurança que 60 dessas mortes estão, de algum modo, associadas ao comércio de drogas, que movimentam 400 bilhões de dólares no mundo, dos quais 15 bilhões no Brasil.

O primeiro passo a ser dado pelas autoridades é compreender duas lições: todo país que se torna rota do tráfico de drogas rapidamente vira também um grande consumidor; droga e arma são as pernas do crime organizado. Uma não vive sem a outra.

Não levar em conta esses pressupostos gerou conseqüências devastadoras. Segundo dados do Sistema Nacional de Armas - SINARM -, em 1990 foram apreendidas 227 armas em todo o País. No ano passado, as polícias estaduais e a Polícia Federal recolheram das mãos dos bandidos 16.545 revólveres, pistolas e fuzis. Ou seja, em 12 anos, o índice de armamento ilegal encontrado pelas polícias estaduais e pela Polícia Federal aumentou 73 vezes. Além disso, não se deve subestimar o tamanho do arsenal que, ano a ano, consegue escapar dessa vigilância. Um exemplo: em 1981, a Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos - DFAE - da Polícia Civil do Rio de Janeiro tinha apreendido apenas quatro fuzis, número que em 1998 chegou a 430. Hoje estima-se que, só nas favelas do Rio, existem 47 mil armas em poder dos soldados do tráfico, sendo que 30%, cerca de 14 mil, são fuzis, metralhadoras e submetralhadoras, material mais que suficiente para abastecer duas brigadas do Exército. O que torna a situação brasileira diferente de qualquer outro lugar, e muito mais violenta, é a presença desse tipo de arma nas mãos dos traficantes, explica o pesquisador argentino Pablo Dreyfus, especializado no estudo das conseqüências do tráfico na América do Sul."

Posteriormente, tivemos a felicidade de ver matéria brilhante no jornal "Hoje em Dia", publicada no dia 18 de agosto de 2003, com a seguinte manchete: "Armas pesadas são as mais usadas pelos menores em BH". A reportagem diz o seguinte: "Do caco de vidro enfiado no pescoço de vítimas nas esquinas às submetralhadoras e até fuzis que chegam com o crime organizado e o recrutamento feito por traficantes, os menores infratores estão acompanhando a violência em Belo Horizonte. Usam armas cada vez mais poderosas e letais. Os dados são do DOPCAD da Polícia Civil e de autoridades que acompanham o aumento da criminalidade entre jovens atraídos pelas drogas e tráfico."

Portanto, Sr. Presidente, este é um momento em que assistimos, pelos próprios veículos de comunicação, seja de âmbito nacional, seja de âmbito regional, a essa situação do armamento ilegal nas mãos de marginais. Uma matéria publicada no "O Estado de S. Paulo", de 21 de agosto, diz o seguinte: "Estatuto vai proibir a segunda arma para policiais". O Estatuto do Desarmamento vai proibir que policiais civis e militares tenham uma segunda arma, além da que pertence à corporação. O projeto, que já foi aprovado no Senado e está na Câmara, só deve ir a Plenário no dia 21 de setembro. A previsão é do relator, Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que ontem recebeu apoio dos Secretários de Justiça de todo o País para que mantenha a proposta atual. Parece que o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh não tem acompanhado o noticiário nacional. O pior de tudo é que o nobre Deputado, que infelizmente é do PT, partido que respeito e admiro, mesmo porque fui o primeiro Deputado do PDT a ocupar esta tribuna para declinar meu apoio ao Presidente da República, vem agora com essa proposta escandalosa, vexatória, descabida e louca de desarmar os policiais militares, civis, federais, impedindo-os de adquirir uma arma para que possam ir embora para casa.

A revista "Veja" infelizmente noticiou que, entre o raiar de um dia e o de outro, 85 pessoas são mortas, e, dessas, 60 - ou seja, cerca de 85% - são oriundas de arma de fogo, que certamente estão nas mãos de bandidos.

E vem essa proposta do Deputado de querer impedir o policial militar, civil, federal ou rodoviário federal de adquirir uma arma, de forma correta, na casa comercial. Há planos de compra de armas que são oferecidos às polícias civis, militares e federal. Essa proposta é completamente descabida.

Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Pública da Casa e de policial militar reformado, que, durante 15 anos, esteve trabalhando nas ruas combatendo o crime, não poderia concordar com o fato de que o policial, depois de um longo dia de combate à criminalidade, não possa ir para casa armado. E essa é a proposta do Deputado Federal Luiz Eduardo Greenhalgh, do PT.

Esse Deputado fez tal proposta porque nunca entrou em uma rádio-patrolha ou trocou tiros com bandidos, ou seja, nunca esteve no teatro de operações. Seria necessário que o Deputado vivesse essa situação de risco e também tivesse conhecimento de quantos policiais morrem no País.

Este ano, em Minas Gerais, já tivemos até agora 12 policiais militares, 2 bombeiros e 5 policiais civis mortos. Então, faltam 4 meses para o término do ano e 19 policiais militares e civis já morreram em confronto com os marginais. Fora outros que morreram em outras situações e não foram identificados como policiais, mas sim como vítimas normais. Esse Deputado está pretendendo, pelo Estatuto do Desarmamento, proibir o policial de adquirir uma segunda arma.

O cidadão mineiro já vive em situação de desespero em face da insegurança. Imagine se o policial, após largar o seu turno de serviço, não puder ir para casa armado. Não podemos aceitar que o Congresso Nacional, por meio do projeto do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, proíba o policial de adquirir uma arma. Quem vai proteger a vida desses policiais e de suas famílias?

Entendemos que, além de absurda e descabida, essa proposta do nobre Deputado mostra a todos a que distância está o parlamentar da realidade do País. Se o Deputado estivesse lendo matérias que circulam na imprensa nacional e regional, estaria perfeitamente sintonizado com a vontade do povo.

Defendo o desarmamento e o endurecimento da pena. Temos que tornar o porte ilegal de arma um crime inafiançável, porque o bandido não vai à casa de armas comprar armas, mostrando documentos de identidade, CPF, comprovante de residência ou contracheque. Bandido compra arma no câmbio negro, paralelo. Ele só compra arma ilegal. O porte ilegal da arma ilegal precisa ser apenado com pena severa e ser considerado crime inafiançável. Só assim conseguiremos deter o avanço dos homicídios, dos estupros, dos latrocínios e de inúmeras outras modalidades de crimes causados pelo uso de armas.

Portanto, temos sério problema em relação à questão da violência brasileira, que precisa ser discutida de forma lúcida e coerente, e não da maneira como está sendo proposta pelo Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, do PT. Na condição de relator do projeto, quer impedir que os policiais possam adquirir sua própria arma, argumentando que, em momento de aperto, poderão vender essa arma. V. Exa. deveria visitar os batalhões de polícia e as delegacias para ver como a polícia deste País está sucateada. Há aproximadamente 10 anos a segurança pública vem sendo sucateada. Não temos dinheiro para colocar gasolina nos carros nem para comprar viatura. S. Exa. diz a todo o País que deseja proibir a segunda arma. Diria: quem será o corajoso de querer ingressar nas forças policiais? Quem será o corajoso de defender a sociedade da marginalidade?

Não poderia deixar de ocupar esta tribuna, pois trata-se de duas matérias importantíssimas, trazidas pela revista "Veja" e pelo jornal "Hoje em Dia". Ficam aqui os nossos protestos. Faço questão de solicitar as notas taquigráficas deste meu pronunciamento para enviá-las ao Deputado, por meio de ofício da Comissão de Segurança Pública desta Casa, para que possa refletir e descer da tribuna da Câmara dos Deputados e começar a viver um pouco mais a realidade da insegurança que paira sobre os cidadãos e, acima de tudo, a insegurança em que vivem os policiais do nosso País e do nosso Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Inicialmente, saúdo V. Exa., Deputado Rêmoló Aloise, não somente pela constante presença nesta Casa, como atuante parlamentar e Vice-Presidente, mas também em decorrência do seu aniversário. Trago-lhe pessoalmente os meus cordiais e afetuosos abraços neste dia em que colhe mais uma primavera da sua existência. Peço a Deus que abençoe V. Exa. e família em sua longa caminhada política, pois tem tão bem representado a sua querida terra, orgulho de Minas Gerais.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Congratulo-me com o Deputado Rêmoló Aloise, pelo aniversário, pois não é todo dia que completamos 60 anos. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, saúdo todas as servidoras que compõem o Legislativo mineiro, desde as garis até as funcionárias da Presidência. "Por acaso, o senhor está me confundindo com as vagabundas das Minas Gerais?" Essa é a intrigante frase que consta da queixa-crime oferecida pela Sra. Glória Pádua Ribeiro Portela, funcionária do Superior Tribunal de Justiça, conforme ampla veiculação feita pela imprensa nacional, noticiando a suposta ocorrência de assédio sexual contra a mesma. Depois de ler as diferentes publicações, especialmente a da revista "Veja" do último dia 20, consultei a minha consciência, que me apontou o dever de não permanecer silente diante da agressão de que tornou-se vítima a mulher mineira, decorrente da declaração da servidora.

Não voltarei em nenhum momento a minha atenção para os meandros da questão, naquilo que circunscreve o episódio que envolve essa Casa de Justiça.

O meu propósito é outro. O meu desejo mesmo é, do alto desta tribuna, promover inadiável desagravo à honra da mulher mineira, coletiva e profundamente maculada pela desairosa afirmação de uma pessoa que demonstra desconhecer as mais caras tradições da família mineira. E, se faço este desagravo, é porque move-me sentimento profundo de respeito à imagem exemplar e inatacável de minha mãe, de minha esposa e de minhas amigas, sobre as quais não posso aceitar que recaia a infeliz imputação, respeito que também devoto às queridas Deputadas que aqui se encontram: minha amiga Maria Olívia, Jô Moraes, Ana Maria, Cecília Ferramenta, Lúcia Pacífico, Maria José Hauelsen, Maria Tereza Lara, Marília Campos e Vanessa Lucas, que dão a esta Casa o toque de sensibilidade peculiar à alma da mulher mineira.

O mesmo respeito tributo à professora, à empregada doméstica, à secretária executiva, às servidoras desta Casa, à costureira, à gari, à operária, às donas de casa, às funcionárias públicas, às profissionais liberais, enfim, às mulheres de Minas, que, com a mesma determinação e firmeza com que se destacaram na Inconfidência, constroem hoje a riqueza material e espiritual de nossa terra; essa mesma mulher que está presente e atuante em todos os segmentos de nossa sociedade, que ensina, aponta soluções, indica o caminho e o torna menos sinuoso, aliviando as dores da jornada constante de cada família mineira.

Poder-se-iam suscitar diferentes considerações sobre a honra. O que é honra? Como analisá-la em seus múltiplos aspectos? A honra é analisada tradicionalmente sob duas perspectivas que se completam: a objetiva e a subjetiva. A honra objetiva refere-se à reputação, ao conceito de que goza a pessoa perante a sociedade; a subjetiva, de outro lado, diz respeito à auto-estima, ao sentimento da própria dignidade, sendo a honra o maior atributo que possuímos.

A história da mulher mineira mostra-nos seu apreço a essas duas vertentes, pois sempre buscou resguardar o bom nome e a consideração social nos ambientes profissional, comercial, familiar e outros, bem como a consciência de sua própria dignidade. O caráter genérico e de

alcance coletivo presente na afirmação colide com os dois aspectos, pois a dignidade pessoal, o sentimento e a consciência de ser digno, somados à estima e consideração moral dos outros, dão o conteúdo do que se chama honra.

Em termos de valorização, a honra já foi posta ao lado da vida: "Honoris causa et vita aequiparantur". Essa compreensão decorre do entendimento de que sem honra o ser humano simplesmente não alcança progresso social, nem satisfação espiritual. Foi esse entendimento que possibilitou ao jurista italiano Adriano de Cupis afirmar que "a boa fama da pessoa constitui o pressuposto indispensável para que ela possa progredir no meio social e conquistar um lugar adequado; por sua vez, o sentimento ou consciência da própria dignidade representam fonte de elevada satisfação espiritual".

A declaração atribuída a uma servidora do Poder Judiciário, porém, parece querer negar essa realidade e subtrair todos esses valores e percepções da essência da mulher mineira.

Não há como negar que a honra da mulher mineira foi atingida. E se a honra é violentamente atingida, como no caso que mencionamos, é de se ver que um direito indisponível está sendo efetivamente atingido e maculado. Sim, porque a honra está entre aqueles direitos reconhecidamente inatos, que nascem com o indivíduo independentemente de qualquer normatização estatal. O próprio nascituro, entendido como pessoa concebida no ventre materno, já é seu próprio detentor.

A honra presta-se, então, à individualização da pessoa, à sua identificação no meio social, propiciando-lhe a possibilidade de alcançar os verdadeiros objetivos por ela colimados na senda de sua existência.

A Deputada Maria Olívia (em aparte)* - Gostaria de agradecer a V. Exa. em nome da mulher mineira, da mulher sofrida do Norte, Sul, Oeste, Centro-Oeste. A mulher mineira que faz parte da história do Brasil. Essa infeliz funcionária pública nos chamou, de vagabundas.

Quero agradecer, em nome de todas as mulheres de Minas Gerais, sua sensibilidade, sua tentativa de mostrar que a mulher mineira não é isso. Somos trabalhadoras e vamos à luta. Minas não é terra de mulher vagabunda, mas sim de mulher trabalhadora. Agradeço-lhe por sair em nossa defesa. Pensei em fazer isso, Sr. Deputado, mas não ficaria bem eu, como mulher, defender a mulher mineira. Muito obrigado por nos defender perante uma funcionária irresponsável que nem conhece Minas Gerais.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, acompanhamos suas palavras com muita atenção.

Desenvolvendo raciocínio brilhante e erudito, V. Exa. demonstra que a esta Casa não cabe, naturalmente, entrar no mérito da questão, que é objeto da polícia e do Judiciário, mas sim na preliminar. Quando essa mulher, que se diz vítima de crime de assédio sexual, faz uma queixa, comete outro crime, e grave, o crime de difamação, pois se refere à mulher mineira de uma forma genérica. Os crimes de injúria, calúnia e difamação são previstos a partir do art. 136 do Código Penal. Assim sendo, sem entrar no mérito da questão, sem dizer se houve ou não o assédio sexual, pois isso a nós não compete, V. Exa. está se conduzindo eticamente nessa questão.

Mas compete a qualquer mulher de Minas Gerais - o requisito é que seja mineira - oferecer queixa-crime por difamação contra essa senhora que se referiu genericamente a todas as mineiras, ofendida que se sentiu por uma ação que ela atribui a um Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Numa situação dessas V. Exa., dignamente, está defendendo a mulher mineira. Ao mesmo tempo em que parabenizamos V. Exa., esclarecemos que, ao se oferecer queixa-crime por determinado crime, não se pode cometer outro contra vítimas inocentes. Não estamos aqui para dizer a mesma coisa que ela disse. Essa senhora jamais teve legitimidade para atribuir tal adjetivo às mineiras. Ofendeu o Código Penal, cometeu crime de difamação. Só falta a queixa-crime para que seja processada.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Conforta-me sobremaneira o pronunciamento de V. Exa. Como renomado jurista, conhece a matéria e, sem adentrar o mérito, focalizou a questão. Estamos diante de situação irreparável.

O Deputado Wanderley Ávila (em aparte)* - Acompanhamos atentamente o raciocínio ético de V. Exa., fazendo alusões à preliminar sem entrar no mérito. Parei por alguns minutos pensando se deveria apartear-lo para entrar no mérito da questão. Quando nos deparamos com a notícia, era e é nosso desejo manifestarmos-nos. Fizemo-lo outras vezes que pessoas do nosso relacionamento, pertencentes ao Judiciário, foram atacadas por inescrupulosos.

A pessoa que se referiu dessa forma às mulheres, em especial às mineiras, é desequilibrada. Podemos dizer isso sem medo de errar. Não se sabe qual seu objetivo. Na pior das hipóteses pretende denegrir a imagem de alguém que conhecemos e respeitamos, que tem conduta ilibada, o Ministro Paulo Medina. Alio-me às palavras de V. Exa. e levanto a voz em defesa do Ministro.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Deputado Wanderley Ávila, sempre brilhante em seus questionamentos. Tenho a certeza de que V. Exa., ao produzir o aparte, prova inequívoca amizade pelo Ministro e mostra seu sentimento por ele.

Assim, seja qual for a conotação presente na fala intempestiva, é incontestável o fato de que todas as mulheres são dotadas de honra, as mineiras em especial, e, como detentoras desse direito devem ser tratadas.

Por tais razões, reafirmo minha confiança na capacidade da mulher mineira, tributando-lhe vivo reconhecimento por ver nela a presença da honra inatacável, a ponto de ousar dizer que a indagação do sábio Salomão, em seus provérbios, encontra resposta na existência da mulher mineira, pois é virtuosa, o seu valor muito excede o de todas as pedras preciosas e o do ouro extraídos de nosso solo, estende as mãos ao fuso; mãos que pegam na roca, com o seu trabalho vigoroso, faz o progresso de nosso Estado, abre a mão ao aflito e a estende ao necessitado. Notório é o trabalho social da mulher mineira, a força e a dignidade são os seus vestidos. A mulher de nossa terra sempre buscou cultivar sua honra e dignidade.

Por tudo isso, levanta-se desta tribuna a voz das Deputadas e dos Deputados para, mais uma vez, dizer que a mulher mineira merece todo o respeito. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi os discursos dos Deputados Rogério Correia, Líder do Bloco da Oposição, e Chico Simões, que teceram comentários sobre o modo de governar de Aécio Neves, comparando-o com o do Governo Federal, do PT. O Deputado Rogério Correia fala como se o Presidente Lula tivesse inventado a pólvora ao criar o Conselho de Desenvolvimento Econômico, que já existe em Minas Gerais há, no mínimo, dez anos. Nesse Conselho discutem-se o PPAG, o PMDI e outras ações de Governo. Provavelmente,

mais uma vez, o Presidente olhou para Minas Gerais, viu que era bom e deve ter criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico Federal.

O Deputado Rogério Correia fala, também, sobre algo que até parece cômico. O Governo Federal retém 65% de tudo que é arrecadado no Brasil - enquanto a reforma não for aprovada, porque depois será mais -, destinando 20% para os Estados e apenas 13% para as Prefeituras. Mas os municípios já receberam 22%. A proposta de reforma tributária enviada pelo Presidente Lula, que está tramitando no Congresso Nacional, vai piorar a desordem da Federação, asfixiar ainda mais os Estados e municípios. Onde está o fato engraçado?

Só para se ter idéia, de R\$150.000.000,00 repassados pela União, pelas transferências constitucionais, R\$130.000.000,00 voltam aos seus cofres, para pagamento dos serviços da dívida. O Governo Federal transferiu para os Estados e municípios o que era de sua responsabilidade.

A Constituição de 1988 criou mecanismo para concentração de recursos na União; somente os impostos são compartilhados com os Estados e municípios. Então, o Governo Federal passou a criar apenas contribuições, como Contribuição sobre o Lucro Líquido, COFINS, Contribuição sobre o Domínio Econômico, Contribuição sobre Movimentação Financeira. Como se não bastasse, instituíram também a DROU, agora denominada Desvinculação da Receita Orçamentária da União, que retém 20% do IPI e do IR na União.

Aí o nobre Deputado faz piada de mau-gosto, dizendo que o Governador Aécio Neves deveria partilhar ainda mais o ICMS com os municípios, além dos 25% atuais, como se o povo mineiro não fosse brasileiro, como se não tivesse necessidade de segurança pública, saúde e desenvolvimento. Para mim, isso é brincadeira. O parlamentar ainda afirma que o Governo Fernando Henrique Cardoso estava preocupado somente com pagamento ao FMI. Uma das primeiras medidas de Palocci foi aumentar de 3,75% para 4,25% a obrigação da União de fazer superávit primário para pagar ao FMI. Até recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -, que não são do Governo, estão retidos. Vá perguntar onde estão as qualificações profissionais e os recursos. No primeiro semestre não saiu nada.

Portanto, nesse aspecto, Lula não melhorou. Os Governadores estão brigando para que parcela do ICMS e a CIDE sejam partilhadas com Estados e municípios. Enfim, é preciso que haja um mínimo de bom-senso por parte da equipe econômica para diminuir a grande desordem tributária existente no nosso País, em especial a fiscal.

A União concentra cada vez mais poderes, como se fosse mais fácil fazer as coisas de Brasília em vez de fazer de Governador Valadares, Sete Lagoas ou Itajubá; como se o iluminado de Brasília tivesse mais facilidade para resolver os problemas do povo do que o Prefeito que está lá, no dia-a-dia, "amassando barro". Estamos na contramão da história, que aponta para a descentralização administrativa, e não para a concentração de poderes. Copiamos tanto da América do Norte, podemos copiar isso também: justa distribuição, dando aos Estados verdadeira independência. E não essa dependência eterna de ficar de "pires na mão". Talvez para quem queira prosperar no poder essa estratégia seja inteligente. Concentra-se todo o recurso na União, liberando-o para os Estados e os municípios, de acordo com seu interesse. Aquele Estado é meu amigo, libero recursos; aquele não é, brigou comigo, então, não receberá.

O Governo do Rio de Janeiro está com quase R\$600.000.000,00 retidos por problemas causados por uma petista, a ex-Governadora Benedita da Silva. A concentração de recursos está na União que manipula como quer. Quem sabe o pensamento é quebrar os municípios. Tudo ficará mais fácil. Aos que lhe interessam os recursos chegarão. Isso não é democrático, é injusto. A democracia supõe liberdade. Hoje Prefeitos e Governadores não têm liberdade para governar, manifestar pensamentos e opiniões, pois dependem do Governo Federal, principalmente do primeiro Ministro José Dirceu, porque o Presidente Lula fala muito, mas não faz nada.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Obrigado, Deputado Miguel Martini. V.Exa. disse bem quando se referiu ao Ministro Palocci, muito preocupado com compromissos com o FMI e demais requisitos da dívida externa e interna. Dá grande ênfase à reforma tributária para pagar as contas do Governo Federal.

Ora, reforma tributária e previdenciária se faz para alterar a Constituição Federal. A reforma tributária alterará mais de 15 artigos da Constituição Federal. Não se altera a Lei máxima do País só para pagar dívidas públicas da União. A alteração da Lei máxima tem de ser precedida de profundo estudo, que tem de englobar as condições econômico-sociais do País. A reforma tem de buscar melhoria econômico-social da Nação. Reforma que se preocupa mais com o pagamento da dívida pública da União que com a melhoria das condições econômico-sociais não prosperará.

Se concordássemos com uma reforma para pagar compromissos com vencimento imediato, ou já vencido, pensaríamos nas dívidas dos Estados e dos municípios. Seria justa a repartição da receita tributária mais equânime - o que não acontece.

V. Exa. acentuou que do bolo da receita tributária a União fica com 65%, o Estado, com 22% e o município, que já teve mais de 10%, com 13%. Ora, os Estados e municípios também têm dívidas. Por que o Ministro Palocci não aceita que os Estados participem da divisão da CPMF, que se tornará receita definitiva, da divisão da CIDE, da constitucionalização do fundo que compensará os municípios pela isenção do ICMS de exportação? Alega que não pode, porque precisa equilibrar as contas da União.

Equilibrar as contas da União significa pagá-las, ou, pelo menos, pagar parte delas. Os Estados e os municípios também não devem? Ontem se realizou aqui bonita reunião com a participação de Deputados, Vereadores e diversos segmentos para lutar por uma reforma mais justa. Deputados Estaduais não podem votar a reforma tributária, mas podemos criar consciência mais justa para votá-la, como muito bem faz o Governador Aécio Neves. Ouvi da tribuna que ao Governador não cabe a coordenação da política nacional. Não está fazendo isso, mas participando de organização de Governadores para conscientizar o Governo Federal de que a reforma precisa atender a pelo menos parte das justas reivindicações. Ontem, oradores pediram aos Prefeitos e Governadores que não abram mão de seus direitos. Direito não se pede nem se implora; conquista-se. Não podem abrir mão de Estados e municípios terem participação significativa na divisão da receita tributária. Faz-se a reforma agora, contemplando Estados e municípios, ou a nossa geração não os verá participar de forma mais equilibrada da receita.

V. Exa. aborda oportunamente assunto significativo. Teremos o prazer de participar de debates como esses. Levaremos consciência de justiça aos Deputados Federais e Senadores ao votarem as reformas tributária e previdenciária, para que atendam ao clamor de Estados e municípios. O desenvolvimento do País tem de começar pelos Estados e municípios.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado. Sinto-me honrado por ser apartado por grande conhecedor da matéria.

Provavelmente, o Deputado Rogério Correia dirá que não foram os petistas nem Lula os criadores da CPMF e do CSLL, porque não estavam no Poder. Concordo. Porém, o partido votou e propôs que, no final do ano, a CPMF caísse para 0,08%, e, ao assumir o Governo, sem partilhar com Estados e municípios, elevou-a para 0,38%. Esperava-se que fosse diferente e fizessem as modificações anunciadas. Apenas os problemas da União são crescentes? Como municípios, aos quais eram destinados 22%, podem viver com 13%, já que as despesas aumentaram?

Os Prefeitos que reduziram folha de pagamento estão sendo atingidos novamente pela LRF. Esperávamos que a proposta de reforma tributária realizasse justiça e melhor redistribuição. Esperávamos que dissesse: para o superávit primário era 3,75%; como causou grande custo social, queremos corrigir e baixar para 0,25%, ou seja, cair para 3,5%. Não vemos isso, mas o contrário. Aumentou 0,25%. Não vejo em que a

maneira de o PT e Lula governarem alterou a política anterior de se fazer justiça social. Apenas se fala e se fala. Esperamos realizações.

Em apenas seis meses de Governo, o Governador Aécio Neves realizou o elogiado Plano de Segurança Pública, que será copiado pelo Lula, e a reforma administrativa; reduziu as despesas do Estado; está enxugando a máquina administrativa; cortou R\$1.000.000.000,00 do déficit, que era de R\$2.300.000.000,00; e realizou programa de governo com prazos e propostas claramente definidas.

Os Deputados que me antecederam falaram sobre o modo de o PT governar. Qual é esse modo? Leio, por meio da imprensa, para descobri-lo. O modo petista seria o de governar e de amparar os companheiros que perderam as eleições, criando ministérios, secretarias e órgãos para que todos trabalhem?

Na semana passada, se não me engano quinta ou sexta-feira, publicou-se matéria na "Folha de São Paulo". A Deputada Federal Maninha, do PT, grande amiga, do grupo que se manteve coerente ao partido, não votou na reforma, absteve-se. Por isso, o seu marido foi demitido da Secretaria do Ministério da Saúde, se não me engano Secretaria Nacional de Saúde. Como articulista, ela pergunta: "Foi convidado a trabalhar no Governo Federal pela competência ou por que era meu esposo?" Foi demitido por que era incompetente ou por que era seu esposo? Quais os critérios de governar? São os que valorizam a competência ou privilegiam o interesse político? Seria esse o modo de governar?

Acredito no Lula, no seu Governo porque sou brasileiro. Desejo que este País se desenvolva. Aliás, todos queremos. Precisamos de alguns indícios que nos dêem mais segurança de que este fato ocorrerá e não nos decepcionaremos com esse Governo. Espero que realmente promova justiça social. Para isso, precisamos de medidas efetivas, não apenas discursos; de práticas que nos levem a acreditar nessa possibilidade.

O Deputado Laudelino Augusto (em aparte) - Obrigado. O senhor e o Deputado Bonifácio Mourão falam como se o Governo Lula e José Alencar fossem culpados pela atual situação. Ontem gostaria de ter feito essa observação na presença do Governador, que mostrou os mesmos números citados. Quer dizer, 65% da arrecadação estão retidos na Nação, 22% nos Estados, e 13% nos municípios.

Gostaria de saber quem definiu e quando foram definidos esses percentuais. Penso que o Governador Aécio deve saber. Acho que estava no Congresso à época. Isso já vem de longe. Essa péssima distribuição do que se arrecada não foi estabelecida neste Governo. Concordamos em que a distribuição não é boa; as reformas estão sendo feitas exatamente para corrigir essas injustiças. Mas quem definiu 65% para a Nação, 22% para os Estados e 13% para os municípios? Foi todo um processo de Governos passados.

Afirmou também que o Governo Federal transferiu para os municípios o que é responsabilidade da União. Quem e quando? É bom que tenhamos isso claro, até por questão de justiça, e para reconhecer que a situação não está boa. Chegamos a essa situação terrível, e mudanças estão sendo feitas com dificuldade, porque há aqueles que não querem mudanças, que se manifestam, que são contra, que fazem obstrução de votações. Há pessoas que não querem tais mudanças.

Fala também que as contribuições criadas, tendo citado três ou quatro, foram concentradas no Governo Federal. Quem criou e quando foram criadas? São perguntas importantes para entendermos porque o Brasil precisa mesmo de mudanças.

O Governo Lula e José Alencar foram eleitos para promover mudanças necessárias e urgentes. Esperamos o bom-senso da equipe de Governo. Também esperamos o bom-senso dos Governadores, dos partidos, parlamentares federais e Senadores para que possamos corrigir o que chama de enorme confusão.

Colocou também: "Será que o Governo está fazendo isso para continuar no poder?". Fiquei questionando também. Será que o Governo Fernando Henrique fazia isso para continuar no poder? Deu errado. Não conseguiu eleger seu sucessor. Mas o Governo atual, com oito meses, não pode ser acusado de ter feito essa concentração de arrecadação no Governo Federal, muito menos de ter feito isso para distribuir como quiser e depois continuar no poder. Acho que isso é um exagero.

Ao final, questiona que se fala, fala, e o que se faz? Reformas neste País. É uma necessidade de muito tempo neste País, e, em sete meses de Governo, Lula e José Alencar já estão no 2º turno da votação da reforma da Previdência e da reforma tributária. Hoje saiu publicado nos jornais que 70% da população apóia a reforma da Previdência, e 60 e tantos por cento, a reforma tributária.

Muitos dos seus questionamentos são válidos, também concordamos com eles, mas quis colocar algumas coisas para não sermos injustos. A justiça é importante, e essas respostas são necessárias para que as pessoas entendam.

O Deputado Miguel Martini - Deputado, V. Exa. deve ter percebido, não sei se prestou atenção, mas já havia antecipado isso. Não estou dizendo que a culpa de haver essa concentração é do PT e do Lula. Estão isentos. Concordo plenamente com V. Exa. Durante todo o tempo em que estou na Assembléia Legislativa tenho falado que o Presidente Fernando Henrique Cardoso realmente deixou de fazer as reformas que o Brasil precisava para ter sua reeleição. Concordo plenamente com isso e não estou imputando ao PT essa culpa. Estou cobrando que as mudanças sejam feitas agora. E não estamos vendo. São essas mudanças que eu e o povo brasileiro esperamos. Há coisas certas sendo feitas? Claro. V. Exa. citou o exemplo da reforma previdenciária. Pena que ainda esteja sendo tão condescendente com muitas categorias que sempre se beneficiaram. Elogio a posição do PT e do Presidente Lula nesse sentido.

Temos que acabar com as grandes distorções salariais no País. Isso precisa ser feito a partir do serviço público, que deve dar o exemplo. À reforma tributária não está nessa direção, Deputado Laudelino. Cobramos quando não se quer partilhar a CPMF, que será CMF. Por que não se cria IMF - Imposto de Movimentação Financeira? No caso, seria repactuado para os Estados e os municípios de acordo com a Constituição, na proporcionalidade já prevista. Por que a CIDE, imposto criado para cuidar das estradas, até hoje não cumpriu o seu papel? Se as estradas estão nos Estados e nos municípios, por que concentrar esses recursos na União?

Por que não reconhecer que é importante ter saldo na conta corrente do País, mas que, para melhorar a exportação, é preciso desonerá-la? É preciso que o Estado que abre mão de seu ICMS seja recompensado. No caso, a União é que ganha, porque todos os impostos de importação vão para a União. É preciso que os Estados que tenham ajudado o País tenham a sua contrapartida. Apesar disso tudo, o Governo Federal resiste em constitucionalizar esse fundo.

O Estado não ganharia dinheiro, mas apenas seria reposta a parte do que deixou de receber. Queremos mudanças. Não estamos dizendo que o PT seja o culpado pela situação, porque iniciou o Governo ainda este ano. Mas, já que está comandando a Nação, é hora de fazer as correções das desigualdades e das injustiças. Aliás, há Governador e Prefeitos do PT que também estão sofrendo com essa situação. Acredito que a descentralização é o melhor modelo. Por que concentrar todos os recursos na União? Cobramos essas mudanças porque são importantes.

Admitimos que a CPMF, que seria para a saúde - o Governo enganou o povo brasileiro - é fundamental para a União, que, se abrir mão dos R\$22.000.000.000,00 que serão arrecadados, entraria em dificuldade. Entretanto, da mesma forma que a União está em dificuldades, os Estados e os municípios também estão. Por que não dividir esses recursos?

Como V. Exa. disse, é questão de justiça. Minas Gerais está gastando 101% sem investir em nada, porque estamos em déficit. O Governador corajosamente enviou à Casa a LDO, com déficit previsto de R\$1.300.000.000,00. Como se vai governar nessa situação? Os municípios e seus Prefeitos estão desesperados, porque precisam demitir os servidores ou serão processados pela LRF.

A situação dos municípios não é ruim porque gastaram demais. Reduziram suas despesas, mas chegaram ao ponto em que não há mais como reduzir. As despesas só vão aumentando e os repasses diminuindo. O PT está no poder e precisa fazer o que todos sempre pregaram, ou seja, a justiça social. Isso se faz distribuindo recursos.

As macropolíticas podem ser definidas pelo Governo Federal, mas sua aplicação se faz melhor nos municípios e nos Estados, porque fica mais barato. Dos recursos de obras que são feitas pela União, até chegarem ao município, ficam 40% pelo caminho. Se os recursos são distribuídos ao Estado ou ao município, o desvio é menor, porque a aplicação é pulverizada. A Oposição tem que cobrar coerência do Governador. Dizer que esse modo de o Governador Aécio Neves governar não está dando resultado positivo para o Estado é não querer reconhecer a verdade.

Estamos vendo todas as mudanças. Temos um plano de Governo com prazos, todos caminhando. É um governo de diálogo. Aprovamos a reforma administrativa com quase 100% de unanimidade, porque houve diálogo e abertura para a participação de todos os parlamentares - da Situação e da Oposição -, dos servidores e da sociedade. Dizer que o Governo de Minas age considerando o povo apenas na hora de votar não é verdade. Houve unanimidade em quase todas as votações, pois chegamos a um consenso. Como se chega a um consenso sem diálogo? É impossível. Não foi rolo compressor que aqui passou, como parece estar acontecendo em relação ao Governo Federal. No Congresso, o rolo compressor já começou a funcionar, tirando e colocando Deputados. Não está havendo tanto diálogo assim.

Se analisarmos a situação do Brasil em relação à sua macroeconomia, veremos que é excelente. Se o Governo Federal souber fazer reforma justa e tiver pulso e firmeza para conduzir com os Governadores e Prefeitos, teremos um País mudado muito mais rapidamente. Não tenho o mínimo de dúvida a esse respeito. Basta olhar os dados da balança comercial, superavitária, os investimentos que estão chegando, superando as expectativas - estão atingindo a ordem de 11 bilhões, quando se esperava 8 ou 9, podendo chegar a 12 ou 13 bilhões -, e a boa credibilidade internacional. Portanto, estamos em bom momento para fazer crescer a credibilidade no cenário internacional, graças ao atual Governo, sem dúvida. A situação era desastrosa. Nosso risco chegou a quase 3.000, estando, agora, em torno de 600 ou 700 pontos - nível bom. A inflação, praticamente, está sob controle. Então, é hora de realizar esse trabalho tão proclamado: fazer justiça em nosso País. Mas só faremos justiça se entendermos a dificuldade do outro e compartilharmos com ele o que temos.

Portanto, queremos dizer da felicidade que o Governador Aécio Neves tem tido em relação a todas as suas propostas e ações. Sabemos que a COMIG, por exemplo, tem sócio, que está sendo questionado na justiça. Ninguém sabia o que acontecia na COMIG. Agora, tudo está sendo esclarecido, para gerar o fundo de desenvolvimento do nosso Estado. Estamos percebendo que a ação do Governo é firme, com diálogo, respeito à Oposição e determinação, de forma a se construir uma nova Minas Gerais. Nosso Estado está voltando a ter credibilidade, chegando até a receber recurso internacional, com a parceria do Governo Federal, o que não havia no passado.

O Brasil é um só, apesar de alguns autores poeticamente dizerem que são vários.

É o mesmo Brasil em Brasília, em Minas e no município menor. Por isso, nesse momento em que vamos votar a reforma, estamos apelando para a sensibilidade da equipe econômica do Governo Federal, a fim de que haja justiça social e melhor distribuição dos recursos.

Elogio, mais uma vez, o Governador, pelo acerto em todas as suas propostas. O Estado não tem como, sozinho, alavancar os R\$24.000.000.000,00 de que precisará nesses quatro anos, assim como o Presidente Lula não terá os R\$200.000.000.000,00 de que necessitará nesses mesmos quatro anos. Por que não fazer parcerias, resguardando os interesses do Estado? Isso faz parte da modernidade e disso precisamos.

Reconhecemos que não foi por culpa do PT nem do Lula que chegamos a essa situação, mas é sua responsabilidade fazer as correções, agora que têm o poder nas mãos. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Quero fazer abordagem mais restrita à reforma tributária, visto que esse é o questionamento fundamental trazido pelo Deputado Miguel Martini. Ainda não tive a oportunidade de falar, desta tribuna, sobre o que é reforma tributária e o que o Governo Lula espera dela; portanto, ater-me-ei ao tema e, se possível, responderei a algumas questões.

Digo ao Deputado Miguel Martini, a todos os outros Deputados e ao povo de Minas que a reforma tributária ainda passará por um processo de negociação, como foi afirmado pelo próprio Presidente e pelo relator da reforma, Deputado Virgílio Guimarães, meu amigo e companheiro de partido, com quem tenho discutido o conteúdo do projeto e os pensamentos do Governo. Disse-nos, claramente, que o Governo, a partir do esboço aprovado na Comissão Especial, abrirá processo de negociação, e, hoje, em entrevista ao "Bom Dia, Brasil", abordou os pontos essenciais, sinalizando a razão das diferenças que aparecerem no conteúdo da reforma - como já se esperava - uma vez que os interesses da União, dos Estados e dos municípios são muito distintos.

O Governo Fernando Henrique resolveu o problema não fazendo a reforma tributária. Preferiu não fazê-la e também não teve condições políticas para tal. Houve uma série de motivos. Talvez não a tenha priorizado, pois não era a essência do que pensava. Provavelmente privatizar tenha sido mais fácil. Saiu vendendo empresas estatais para pagar os acordos com o FMI e sucateou o Brasil, em vez de encarar a reforma.

Essa é uma diferença entre o Governo passado e o do Lula, que encara a necessidade da reforma tributária. Entrarei no seu conteúdo, porque há muito desconhecimento do que está em discussão e da justiça social proposta. A primeira observação a ser feita é que o Governo Lula resolveu encarar a reforma tributária como necessidade e estancar o processo de implantação, no Brasil, de modelo falido no mundo inteiro, que estava levando o País à bancarrota.

O País estava, portanto, à beira do precipício. O Deputado Miguel Martini reconhece isso quando diz que o processo inflacionário era real já no segundo semestre do último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso. Quando assumimos, a inflação era real e perigosa. Se não houvesse medidas duras para o seu combate, provavelmente entraríamos em período de recessão, que seria pior, e, talvez, o Governo não teria, como disse o Deputado Laudelino Augusto, número expressivo nas pesquisas de opinião pública, que lhe dá razão, apoio e sustentação popular para as suas reformas. Imaginem um Governo que, logo no seu início, perdesse as rédeas do Brasil. O processo inflacionário foi contido, o risco Brasil foi diminuído a níveis suportáveis - e diminuirá mais - e o dólar foi controlado e não está mais disparando como estava durante o último período do Governo Fernando Henrique Cardoso, em que o Brasil patinou. Foram quatro anos perdidos. O Governo estancou esse processo, paralisou o processo de privatização e começou a encarar o Brasil, preparando-o para um período de crescimento, que o Presidente Lula denominou "espetáculo do crescimento". Estamos trabalhando e torcendo para que isso aconteça. Para isso é necessária uma preparação, porque não se cresce de uma hora para a outra. Na campanha eleitoral, avisamos que não dispúnhamos de uma varinha de condão para mudarmos o Brasil. Não há quem possa fazer isso de uma hora para a outra, mas o Presidente Lula encarou a situação e começou a preparar o Brasil para o crescimento econômico. Isso significa encarar outros dilemas além da reforma tributária e previdenciária. É preciso planejamento do crescimento do País no que diz respeito à sua estrutura, como rodovias. Há um plano. O PPA será para isso, apontando para o Brasil um crescimento, ou seja, um processo de desenvolvimento, sem a dependência do capital internacional, do FMI e do imperialismo norte-

americano. Nessa busca, o Presidente Lula, corajosamente, visita a Venezuela, a Colômbia e o Chile, dizendo que precisamos sobrepor ao livre comércio das Américas o livre comércio da América Latina, valorizando o mercado latino-americano e o brasileiro, para que, no processo de crescimento, não sejamos mais dependentes do capital financeiro internacional e do FMI. Assim, já se aponta, para setembro ou outubro, no novo acordo com o FMI, a não-necessidade de reafirmá-lo, ou a necessidade de assiná-lo em outros moldes, diferente desse que levou Estados e municípios ao sufoco. Essa situação é fruto de acordos sucessivos firmados, no Governo passado, com o FMI. O Presidente Lula avisou, durante a campanha, que não rasgaria esses acordos, mas isso lhe foi cobrado durante toda a campanha. O PSDB disse que, se Lula ganhasse, seria o caos, porque rasgaria os contratos e o Brasil entraria em processo de decadência tamanha que não se conseguiria governá-lo. Chegaram a apostar que Lula não tomaria posse. E ele disse que cumpriria os acordos, embora não tivessem sido firmados por nós e não concordássemos com ele. O acordo firmado com o FMI, que sufocou Estados e municípios, foi realizado no Governo anterior. Mas estamos cumprindo esse acordo, embora sejamos contra. O PT sempre foi contra esse acordo. O nosso partido sempre defendeu a independência frente ao capital financeiro internacional, em especial ao FMI. Em setembro, vamos fazer outro tipo de acordo. Tomara que não seja necessário fazê-lo. O Presidente Lula torce para que não seja preciso, mas, se for, buscaremos fazê-lo em curto espaço de tempo, preparando-nos para evitar outro, porque queremos independência frente ao capital financeiro internacional.

Deputado Miguel Martini, existe uma política econômica em curso, um processo para reforçar o desenvolvimento brasileiro, atitude que tenha sido abandonada pelo Governo Fernando Henrique. Esse modelo felizmente foi derrotado. Temos pouco tempo de Governo, mas começamos a construir o Brasil. Para construí-lo, adquirir credibilidade, baixar o dólar, a inflação, o risco Brasil e os juros, era necessário que o Governo encarasse duas reformas fundamentais: previdenciária e tributária. Não é fácil fazer, em especial, essas duas reformas, escolhê-las como tema, até porque se tratava de cobrança para que o Brasil ganhasse a estabilidade que hoje ganhou. Os juros, que chegaram ao nível elevadíssimo de 26,5% - aliás, única medida de que dispusemos para conter a inflação -, caíram para 22%, com tendência de baixa.

É fácil dizer: vamos cobrar do Lula, que arrumou a casa, que agora faça justiça social. Podem ficar tranquilos que isso é o que mais queremos. A parte mais desagradável, tivemos a coragem de fazer. Botamos o dedo na ferida. A reforma previdenciária está em andamento, apesar de o PFL e o PSDB procurarem atrapalhar, por causa de teto salarial. Acabei de falar com o Deputado Patrus Ananias. Não estão defendendo direitos, mas um subteto salarial para Estados, Poder Legislativo e Poder Judiciário, que seria 90,25% do Poder Legislativo, portanto, aumentando o teto para o Brasil inteiro. Têm lá suas razões. Porém, estão atrapalhando o Governo e querem atrapalhar também a reforma tributária. Querem que o Governo não dê certo. O PSDB e o PFL começam a se assanhar. Como o Governo Lula vem dando certo, sentem que precisam atrapalhar agora, fazer com que Lula escorregue em casca de banana. Então, o PSDB e o PFL, que estavam tão bonzinhos, passaram a fazer o papel de capetinhas. Com dor-de-cotovelo, tentam ver se Lula fracassa, como aconteceu com FHC. Temos em curso um plano, um planejamento de desenvolvimento e crescimento do Brasil.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Não farei a defesa do PSDB nem do PFL, mas, se não tivessem votado, a reforma da previdência não teria passado.

Com relação ao teto único, discordo de V. Exa. Sou defensor do teto único porque temos três Poderes independentes, que devem funcionar harmonicamente, devendo haver equiparação. Porém, não significa dizer que o teto seja de 90,25%; pode ser de 75%. Não estamos falando de percentual. Deveríamos encampar essa defesa, para que todos os Poderes tenham teto máximo igual. Talvez seja a força de que o Presidente Lula precisa para dizer que não é de 90,25%, mas de 75%, 60% ou de 80%. Quero apenas dizer que o teto tem de ser igual. Caso contrário, vamos começar a quebrar a relação entre os Poderes nos Estados, e isso não é bom para a democracia.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado. V. Exa. não deixa de ter razão ao discutir o valor de um teto único. Havia um acordo sobre isso, que poderia ser mudado no Congresso. Não estamos distantes de discutir acordos. Porém, no Congresso, onde já havia acordo de votação no 2º turno, o PSDB e o PFL tentam atrapalhar a votação da reforma da Previdência, objetivando influenciar a reforma tributária. Até aí, tudo bem. É papel da Oposição discutir, buscar seu espaço. Não discordamos disso, pois o papel da Oposição é fundamental e precisa ser reconhecido. Enquanto Oposição em Minas, queremos também ser reconhecidos.

Existe um modelo econômico e uma política muito bem posta pelo Governo, os quais esperamos que dêem certo. A reforma previdenciária, que precisava ser enfrentada, foi muito importante, embora muitos funcionários não tenham compreendido isso. Tivemos, dentro do próprio Partido dos Trabalhadores, problemas em relação a ela. Mas o Governo e a grande maioria do PT mostrou firmeza. Também sou funcionário público. Fui dirigente da Central Única dos Trabalhadores, em sua primeira gestão, e sindicalista do Sind-UTE, mas compreendo a necessidade da reforma, mesmo que isso seja objeto de incompreensão de setores do funcionalismo público. Para o Brasil, era uma necessidade. A Previdência não podia continuar com aquele rombo. Sempre defendemos o teto. Não é correto o setor privado ter teto, e o outro setor não tê-lo. Colocamos o dedo na ferida.

Quanto à reforma tributária, ocorreu a mesma coisa. O que há na reforma tributária que precisa ser mantido? Primeiro, a questão da relação entre Estados e municípios. É evidente que essa reforma fará com que Estados e municípios ganhem. Aliás, não só a reforma, mas toda a política econômica. Se o Brasil sair do fundo do poço e se desenvolver todas essas alíquotas repercutirão na União, nos Estados e nos municípios de forma positiva. Treze por cento de muito pouco é muitíssimo pouco, mas com 13% de um valor que se avolumou, avolumam-se também as arrecadações dos municípios e dos Estados. Por isso, o crescimento econômico é de interesse de todos, não apenas da União e do Governo Lula.

O segundo ponto a ser mantido é não depender do acordo com o Fundo Monetário Internacional, para que não se sufoquem Estados e municípios. Os acordos feitos entre o ex-Governador Eduardo Azeredo e o Governo Fernando Henrique foram impostos pela União. Isso porque era necessário que se arrochassem os Estados para cumprir as metas de superávit do Fundo Monetário Internacional, não só com a União, mas também com todos os Poderes. Caminhamos para outro tipo de acordo que não vise a sufocar Estados e municípios. É um segundo passo importante, no processo de reforma tributária.

Essa reforma fará justiça social. Por intermédio dela, 40 milhões de brasileiros deixarão de contribuir para a Previdência com a parte do empregador e do empregado, passando a contribuir, como autônomos, apenas com a parte do empregado. Em outras palavras, esses brasileiros poderão entrar no processo de previdência com uma contribuição de aproximadamente R\$20,00, o que garantirá sua previdência e sua aposentadoria. Isso na reforma tributária, porque é lá que deveria ser feito. É o desconto, ali posto, da alíquota da parte do empregador. Está incluso na reforma e no relatório do Deputado Virgílio Guimarães.

O imposto de renda negativo também faz justiça social. Aqueles que não tiverem renda passarão a ter, naquele início de implementação da política de renda mínima, aquilo que o Senador Eduardo Suplicy há tantos anos cobra e que começaremos a ter, a partir da aprovação da reforma tributária, que criará o imposto negativo. São duas medidas de divisão de renda. Há a distribuição das alíquotas do ICMS em cinco, sendo que a menor, ainda sem estipular o valor, será aquela pertinente aos gêneros de primeira necessidade - os alimentos. Isso virá a ser regulamentado pelo Senado Federal. Não há posições autoritárias, mas cinco alíquotas a serem determinadas pelo CONFAZ, pelo Senado.

Virgílio explicava numa equação complicada na cabeça de tucano, democrático demais. Envolve CONFAZ, Senado e empresários. Haverá o estabelecimento de cinco alíquotas de ICMS. As Assembléias Legislativas foram resguardadas no relatório do Deputado Virgílio Guimarães. As Assembléias terão liberdade de colocar algumas dessas alíquotas para segurarem pelo menos a guerra fiscal. Hoje, querem garantir justiça social com valores mais baixos para os gêneros de primeira necessidade e mais altos para os que não são, aos quais a população de renda mais alta tem acesso e a população de baixa renda não. A alíquota de ICMS visa a fazer justiça social e está em processo de discussão.

A CPMF terá distribuição mais justa. Não é que não exista repasse de CPMF para os municípios. Existe sim, e os Prefeitos sabem disso. Uma parte vai por intermédio do SUS.

Virgílio tem dito em várias palestras que há mecanismos de combate à sonegação para impedir o aumento da carga tributária. Haverá cobrança maior daqueles que sonegam, para que o equilíbrio das contas não se desfaça. Não se pode aumentar carga tributária, mas também não se pode abrir mão de um Estado forte, que intervenha nas questões sociais. Essa é a diferença que temos em relação aos neoliberais. Não queremos um Estado enfraquecido, sem dinheiro, que não possa investir na saúde, na educação. Queremos parceria com o setor privado, a partir de Estado forte.

Os municípios terão acesso à CPMF, e chegará aos municípios dinheiro a mais para a educação. Para a saúde, haverá R\$5.400.000,00 a mais no ano que vem, valor a ser repassado para Estados e municípios, que é para onde vai o repasse do SUS. O plano plurianual está na discussão que o Governo anunciou.

Haverá, ainda, aumento significativo na verba para educação. O FUNDEF será substituído pelo FUNDEB, e a União, finalmente entrará com dinheiro nesse fundo. No FUNDEF, os Estados e os municípios contribuíam; a União, porém, praticamente não contribuía, além de desvalorizar o aluno-aula. O FUNDEB aumentará em quatro anos o acesso à educação das crianças de 6 anos e dos jovens de 14 a 17 anos, com dinheiro da União, o que significa alívio para os municípios, no que diz respeito à educação infantil, e para os Estados, no que diz respeito ao ensino médio. Estados e municípios ganharão com a reforma tributária, que está viabilizando orçamento melhor no sistema educacional, nessa troca do FUNDEB pelo FUNDEF.

Há leis em andamento no Congresso Nacional para serem implementadas no ano que vem. O caso do FUNDEB e FUNDEF está chegando ao Congresso Nacional. O Deputado Gilmar Machado esteve aqui antes de ontem e apontou nessa direção. O Governo Federal está enviando proposta de emenda à Constituição trocando o FUNDEF pelo FUNDEB, medida fundamental, e anunciou também o piso nacional da educação para os professores, matéria debatida por nós.

Essas duas medidas para a área da educação são de ponta e estavam em nosso programa.

Outro exemplo importante de tudo que vem sendo feito para a melhoria social, em tão pouco tempo de Governo, é o PRONAF. É impressionante a alegria do produtor com esse programa: os juros são de 3% ao ano para a produção de gêneros de primeira necessidade, com garantia da compra da safra produzida pelo pequeno produtor, reivindicação antiga do PT. Há uma alegria generalizada. O Governo Federal está injetando recursos na base da economia, criando condições para que a reforma agrária seja realizada em níveis superiores aos que foram feitos no País. Portanto, está preparando o Brasil para o crescimento. Temos de trabalhar para que tudo dê certo.

As diferenças entre tucanos e petistas são muito grandes. Compreendo que os parlamentares do PSDB e PFL se assustem com o fato de, em tão pouco tempo, o Governo Federal haver conseguido fazer certos tão grandes, além de apontar perspectivas otimistas para o País, que são reconhecidas por economistas das diversas matizes ideológicas.

Isso não significa que estejamos torcendo para que o Governo Aécio dê errado. O pronunciamento de V. Exa., Deputado Miguel Martini, aponta para uma grande diferença entre o Governo de Lula e o de Aécio Neves. São projetos diferentes. É natural que o seu pronunciamento, mesmo reconhecendo os avanços do Governo Federal, seja mais o de questionar as ações desse Governo, que talvez contrariem outros interesses existentes no País, como o capital financeiro. Nunca foi essa a marca do Governo Fernando Henrique ou dos tucanos. Daqui para a frente, irão acirrar-se as diferenças entre o nosso projeto e o do Governo Aécio. Talvez, por esse motivo, o Governador tenha feito questão de comparecer, ontem, nesta Casa, a um ato de Prefeitos - que demonstravam algum tipo de insatisfação para com o Governo Federal -, a fim de tentar capitalizar algo contra o Governo Lula. Creio que não consegui, porque nada tinha para anunciar aos Prefeitos. Como poderia fazer isso, se está sempre dizendo que Minas está completamente falida, se depende do crescimento do Estado? Se o Presidente Lula prepara o País para o crescimento, e se Minas Gerais só poderá crescer se o projeto nacional obtiver sucesso?

O Estado está sendo muito bem tratado pelo Presidente. Quisera ver o Governo Fernando Henrique tratar o ex-Governador Itamar Franco, mesmo sendo oposição, com tamanha virtuosidade. O Presidente Lula veio a Minas, concedeu aval, uma carta de alforria, para o Governador pudesse ir ao BIRD e ao BID negociar empréstimos internacionais, que estavam paralisados. Enfim, trata o Estado com o respeito que merece. Aliás, o segundo percentual do País em votos para Lula foi o de Minas, que ainda o sustenta.

Recomendo cautela ao Governador Aécio Neves, porque poderá custar-lhe caro essa política de boicote sorrateiro ao Presidente Lula, embora feita com muita delicadeza e educação. Se quiser, de fato, testar o seu prestígio posicionando-se contrariamente ao Governo Federal, não será bem sucedido. É melhor que continue com uma política de aproximação, a fim de ajudar o Presidente da República, e não tente tirar proveito da situação, como fez ontem.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - O Governo Federal não fez favor a Minas Gerais ao conceder-lhe esse aval. O Governador Aécio Neves imprimiu gestão que permitiu a recuperação dessa credibilidade. Então, o Banco de fomento internacional decidiu emprestar dinheiro a Minas. É prática dessa instituição ter o aval do Governo Federal, que, considerando os avanços trazidos por Aécio, não tinha outra coisa a fazer.

V. Exa. foi traído por seu raciocínio ao afirmar que aquilo que denunciei é verdadeiro. Há na sua mente, assim como na dos membros do PT e na do Lula, a idéia de que o poder deve ser concentrado. Esse é o nosso medo. V. Exa. diz que, se o Governo não fizer essas reformas, o desenvolvimento econômico não ocorrerá, e que, se ocorrer, o povo brasileiro sairá ganhando. Ora, Estados e municípios são fundamentais no processo de desenvolvimento do País. Se estiverem asfixiados, não poderão trabalhar, e o País não poderá crescer. Essa é a política equivocada que V. Exa. colocou, de que discordo. O Brasil cresce se os entes da Federação tiverem capacidade de gerir os seus recursos e provocar o avanço. Se verificarmos exemplos do exterior, constatamos que isso é positivo. Se Minas tiver condições de fazer bom trabalho, as indústrias virão para cá, porque desejam energia, ciência e tecnologia, segurança, estradas, saneamento básico, enfim, condições adequadas para instalação. Então, não basta que haja ação por parte do Governo Federal. Se os recursos forem mais bem distribuídos, o progresso se alastrará pelos municípios.

Quanto às alíquotas de ICMS, quero saber o que será aprovado. A proposta feita é perigosa. Estive no Congresso discutindo essa questão, juntamente com a UNALE. Pelo que V. Exa. disse, nossa reivindicação foi atendida, as Assembléias continuarão legislando sobre o ICMS. O proposto foi 20%, não sei qual valor virá.

O Deputado Rogério Correia - As Assembléias continuarão tratando dessa questão, com alguns limites para evitar a guerra fiscal. O valor ainda não foi estabelecido. Fica margem para que possam discuti-lo, no interior das cinco alíquotas.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Se o percentual para votação da CONFAZ for alterado, poderemos ficar tranquilos, mas, da forma proposta, o Sudeste ficará fora do processo, porque a decisão estaria com o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Qual o quórum exigido para a votação dessa matéria?

O Deputado Rogério Correia - Ficou para ser estabelecido pelo Senado, em proposta sugerida pelo empresariado, que tinha receio de que o CONFAZ virasse algo absolutista na determinação das alíquotas. O Senado seria, pois, o local mais apropriado para estabelecimento desses índices.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)- Os índices são sempre determinados pelo Senado, desde a proposta original. A diferença é quanto ao quórum para deliberação. Estava previsto que seriam 3/5, e eram exigidos 4/5.

O Deputado Rogério Correia - Não sei qual quórum ficou estabelecido.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)- Essa questão é fundamental, porque, caso contrário, as regiões Sudeste e Sul ficarão fora do processo. O número dos outros é maior do que esse.

Há outro aspecto. A Lei Robin Hood acaba no dia seguinte. Ainda não sei o que virá.

A proposta é a redistribuição dos 25% do ICMS repassado para o município, ou seja, 25% dos 25%. Para entenderem, de 100% do ICMS, 25% vão para o município; esses 25% viram 100%; desses 100%, 25% são definidos pela Lei Robin Hood. Minas Gerais ganhou vários prêmios por valorizar o treinamento básico, a cultura, a saúde, etc.

A proposta leva a definição dos percentuais para uma lei complementar, votada no Congresso. Isso é grave, dependendo do que virá na aprovação. Acreditamos que seria justo incluir não só o VAF, mas população e VAF. Admitimos isso, mas não que seja votado por lei complementar no Congresso, pois retira da Assembléia Legislativa a capacidade de fazer justiça social.

V. Exa. disse que o PT e o Presidente Lula não são responsáveis pela desordem existente. O SUS não é novidade, o FUNDEB é inovação, mas as outras questões existiam. Dizer que o recurso vai por meio do SUS e da CPMF é sofismar. Se o Governo Federal não repassar recursos para a educação e saúde, o que fará? Além dessas ações, esse repasse deveria ser melhorado.

Temos a LRF, que, por um lado, é dificultadora do desenvolvimento - acredito nisso -, mas, por outro, é moralizadora. Não é mais aquela farra. Hoje existe critério e controle em mandar recurso para o município e dar-lhe condições de fazer trabalho na comunidade.

Queremos, neste momento em que se discute o pacto federativo, que melhore. É responsabilidade do PT fazer essa proposta e conduzir esse processo, para que outros partidos entendam isso.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado. Responderei algumas questões. Outras, aprofundaremos no debate da reforma tributária.

É claro que não podemos manter a asfixia nos municípios e nos Estados. Digo manter porque não fomos nós que a causamos. V. Exa. diz que o PT não pode ser responsabilizado por essa desordem. Pelo menos por enquanto, acredito que por nenhuma. Essa asfixia foi causada por determinação do acordo do FMI, que deliberou o que seria concentrado nas mãos da União. Portanto, a LRF estabeleceu limites claros de gastos e recebimentos de alíquotas para Estados e municípios. Isso mudará.

O Presidente Lula comprometeu-se com os Prefeitos que a União desconcentrará cada vez mais o que detém, para que os Estados e municípios participem, com maior autonomia, fazendo política e justiça social. A reforma tributária será um caminho.

Insisto que nada disso será possível se a política econômica nacional não mudar, se o Brasil não sair da dependência do imperialismo norte-americano.

Em casa que falta pão, todo mundo briga, mas ninguém tem razão. Não há como distribuir a Estados e municípios o que não se tem. Fazer política que dê certo nacionalmente é a melhor solução. Se o Brasil permanecesse na situação em que se encontrava no Governo de Fernando Henrique, atolado em dívidas, na dependência do capital financeiro especulativo, se não implementasse modelo de desenvolvimento próprio que possibilite o crescimento, não adiantaria a Estados e Municípios brigar contra a União. Há que se dividir justamente, para Estados e municípios não ficarem asfixiados. Mas, para isso, o modelo econômico nacional precisa emplacar.

Aécio Neves não compreendeu o relatório do Deputado Federal Virgílio Guimarães sobre a reforma tributária. No papel de Governador, em jogo de cena e na tentativa de angariar a simpatia dos Prefeitos, disse que a situação dos Estados e municípios ficará pior, o que não é verdade. Virgílio Guimarães está à disposição para debater o assunto. Por respeito, o Presidente Lula solicitou que o Governo discuta o assunto com os Governadores. Estamos abertos para debater o ICMS, os 25% da Lei Robin Hood, etc. Portanto, defendo com orgulho as medidas tomadas por Lula. Queiram ou não, o Brasil caminhará no sentido que o Presidente deseja. Não escorregaremos em casca de banana de tucano. Lula governará com os partidos de esquerda, de centro e com o PMDB, o qual passará a compor a base de mudança. O povo brasileiro muito se orgulhará do primeiro, do segundo Governo de Lula e de outros que implementarão mudanças. Obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 21/8/03, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Márcio Passos

exonerando Andresa Silva Vieira Prates do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Jordan Rezende Reis Cerqueira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

Gabinete do Deputado Rogério Correia

exonerando Ana Paula Brito Pinheiro Scarpelli do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Gláucia Waleria Gonçalves Marques do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Jaqueline Ferreira do Nascimento do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando José Júlio de Melo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Jussara Rocha Vítor de Abreu do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

exonerando Miguel Arcanjo Souza do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando Nilson José de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Romero Wagner do Carmo do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Gláucia Waleria Gonçalves Marques para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Jaqueline Ferreira do Nascimento para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando José Júlio de Melo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Jussara Rocha Vítor de Abreu para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

nomeando Romero Wagner do Carmo para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde à Deputada Maria Olívia de Castro e Oliveira, matrícula 6740-7, no dia 28/8/2003.

Mesa da Assembléia, 28 de agosto de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2003

Em 21/8/2003, a Mesa da Assembléia decide pela revogação do Pregão Eletrônico nº 2/2003, que tem como objeto a contratação, pelo período de 12 meses, de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, com base no art. 49 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Belo Horizonte, 1º de setembro de 2003.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: PETROBRÁS Distribuidora S.A. Objeto: fornecimento de combustível para aeronave. Dotação orçamentária: 01.031.101.4-123.0001 33903000. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Procedata Informática Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 005/2003. 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Convite nº 5/2003.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ADSE - Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação do prédio-sede da Assembléia, seus anexos e outras dependências. Objeto deste aditamento: prorrogação e reajuste contratual. Vigência: 6 meses, a partir de 1º/8/2003, ou até que se conclua novo procedimento licitatório. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 33903700.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 30/8/2003, na pág. 45, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Ricardo Duarte" onde se lê:

"Cíntia Aparecida Gonçalves Borges", leia-se:

"Cíntia Aparecida Gonçalves Borges Nogueira".